

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

NAHYARA LAYSE DE FRANÇA ANDRADE
PRISCILA CAVALCANTI COUTINHO DE LIMA
STÉFANY SABRINA BATISTA MONTENEGRO

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO:
mapeando os parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental I

JOÃO PESSOA

2016

NAHYARA LAYSE DE FRANÇA ANDRADE
PRISCILA CAVALCANTI COUTINHO DE LIMA
STÉFANY SABRINA BATISTA MONTENEGRO

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO:
mapeando os parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental I

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, como requisito parcial para a obtenção do grau de graduada.

Orientador: Prof. DR. Luiz Pereira de Lima Junior.

JOÃO PESSOA

2016

A553s Andrade, Nahyara Layse de França.

Sexualidade e educação: mapeando os parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental I / Nahyara Layse de França Andrade, Priscila Cavalcanti Coutinho de Lima, Stéfany Sabrina Batista Montenegro. – João Pessoa: UFPB, 2016.
72f.

Orientador: Luiz Pereira de Lima Junior
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Currículo. I. Lima, Priscila Cavalcanti Coutinho de. II. Montenegro, Stéfany Sabrina Batista. III. Título.

NAHYARA LAYSE DE FRANÇA ANDRADE
PRISCILA CAVALCANTI COUTINHO DE LIMA
STÉFANY SABRINA BATISTA MONTENEGRO

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO:
mapeando os parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental I

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, como requisito parcial para a obtenção do grau de graduada.

Orientador: Prof. DR. Luiz Pereira de Lima Junior.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Pereira de Lima Junior
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Prof^a. Dr^a. Fabíola Barrocas Tavares
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Prof. Dr. Pedro Jusselino Filho
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e coragem que Ele me forneceu para essa jornada acadêmica, e por ter me ajudado superar as dificuldades.

À minha mãe, Maria Dos Anjos, com quem aprendi lições de vida. Tornei-me adulta e aprendi a essência do viver seguindo seus exemplos. À senhora, ofereço a minha vitória!

Ao meu pai, José de Arimatéia, que, mesmo não estando em corpo presente, mas sempre esteve me guiando e olhando por mim. Com ele, pude compartilhar ainda em vida a felicidade de ter passado para o Curso de Pedagogia. Ao senhor, a minha eterna saudade e gratidão.

Ao meu filho, Arthur, fonte de forças para não eu desistir e seguir em frente, mesmo diante das dificuldades.

Ao meu esposo, Jackson, que sempre esteve me apoiando e junto a mim buscando alternativas para que eu continuasse minha trajetória acadêmica.

Às minhas amigas Priscila e Stéfany, que sempre estiveram comigo, me apoiando, me ajudando, e por dividirem essa vitória, pois a cada parágrafo escrito vibrávamos juntas.

Ao nosso orientador, Profº Luiz Júnior, por ter acreditado em nós e, com seu jeito único, ter nos orientado. A minha gratidão, pela motivação, elogios e confiança depositada.

À Profª Fabíola Barrocas, que, desde o início, nos ajudou com sua paciência, atenção e ensinamentos compartilhados conosco.

Ao Profº Pedro, por ter nos ajudado nos primeiros passos para a realização deste trabalho e seus conhecimentos compartilhados.

À Universidade Federal da Paraíba e a todos os professores do curso, que foram de suma importância em minha vida acadêmica, com suas contribuições e ensinamentos.

Nahyara Layse de França Andrade

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora, por terem me dado forças para vencer cada etapa da minha vida, principalmente as dificuldades que passei desde o início do curso.

Aos meus pais. Minha mãe, Andréa, e meu pai, Eriston, por estarem sempre comigo, me apoiando e fazendo de tudo para ajudar nessa caminhada, até um pouco mais. Ao meu Esposo, Leandro, que estava todos os dias ao meu lado, me dando forças para que eu não desistisse. A meu irmão Eriston Filho e a minha irmã Raissa, por estarem sempre me apoiando. Aos meus avós paternos, Nelson e Olga, pelo apoio que me deram desde que iniciei o curso e aos meus avós maternos, Manoel e Lita, que me incentivaram a estudar e ser independente.

Aos meus padrinhos, Antônio e Marli, e minha prima Aline, que desde sempre me incentivaram a estudar na UFPB.

Às minhas companheiras Nahyara e Stéfany, por estarem comigo em muitos momentos ao longo do curso, pensando e realizando diversos trabalhos juntas.

Ao professor Luiz Júnior, por ter aceitado nos orientar na realização desse trabalho, pela sua paciência, atenção e por não ter desistido de nós.

À professora Fabíola Barrocas, pela sua disposição, paciência, dedicação e por nos ajudar diante nossas dificuldades.

Ao professor Pedro Jusselino, por ter buscado nos ajudar, iniciando e compartilhando seus conhecimentos conosco.

A todos os professores e professoras que tive a oportunidade de conhecer, dos quais poder levar cada ensinamento positivo para minha vida pessoal e profissional.

Priscila Cavalcanti Coutinho de Lima

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, a Nossa Senhora do Desterro e a São Vicente de Paula, que me forneceram força e determinação para entrar na universidade e fazer minha graduação e mais ainda para concluí-la.

Aos meus pais – minha mãe, Sonia, e meu pai, José –, por fazerem de tudo e um pouco mais para que eu conseguisse realizar meus sonhos.

A meu irmão, Álvaro, e minha irmã, Samara, por estarem sempre ao meu lado.

Ao meu tio Valderi, à minha tia Loraneide e às minhas primas Larissa e Vanessa, por terem me acolhido e me ajudado nesta longa caminhada.

Às minhas amigas Maria Aparecida, Cinthya Raquel e Dagmar, por terem estado ao meu lado durante grande parte do curso, por me apoiarem e não me deixarem desistir em momento algum. Pelos momentos de gargalhadas e de choro. Simplesmente por serem como são.

Às minhas amigas e companheiras Nahyara e Priscila, por terem aceitado realizar este trabalho comigo e por estarem ao meu lado sempre que preciso.

Ao professor Luiz Júnior, por ter aceitado nos orientar, pelo seu tempo, pela paciência de nos ensinar, pelos incentivos e elogios ao nosso trabalho.

À professora Fabíola Barrocas, pelo seu tempo, pela sua paciência e por seus conhecimentos compartilhados conosco.

Ao professor Pedro Jusselino, por ter iniciado nossa orientação e pelos conhecimentos compartilhados.

À UFPB e todos os professores e professoras que me ensinaram muita coisa que irei levar por toda a vida.

Stéfany Sabrina Batista Montenegro

RESUMO

Esta pesquisa traz à tona a discussão da sexualidade, particularmente na educação formal, partindo do que é previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). A sexualidade materializada na educação formal através da Educação Sexual (ES) foi e ainda hoje é cercada de inúmeros tabus e preconceitos. A ES, particularmente, ao longo dos anos, foi sendo implementada na escola, através da discussão da orientação sexual (OS). Nessa empreitada, objetivou-se analisar as formas pelas quais a sexualidade é discutida na educação formal, partindo da apreensão dos conteúdos dos PCNs do Ensino Fundamental I. Em nível específico, situou-se a sexualidade no Brasil, recortando suas especificidades na educação; descreveu-se a ES no Brasil, salientando suas relações com o currículo escolar; e mapeou-se a sexualidade nos PCN's do Ensino Fundamental I. Em meio a tantos acontecimentos relacionados à sexualidade, questionou-se sobre a eficácia do modo como a sexualidade é trabalhada na Educação e, especificamente, no âmbito do currículo escolar. A abordagem feita sobre o fenômeno em tela pautou-se numa perspectiva histórica, por compreender que a mesma é capaz de flagrar os acontecimentos que os envolvem numa dimensão plural. O procedimento utilizado foi o estudo bibliográfico e o documental, capazes de fornecer os instrumentos necessários para subsidiar a análise em apreço. Ao final da pesquisa, concluímos que, embora tenham ocorrido mudanças, as temáticas que envolvem a sexualidade ainda enfrentam grandes dificuldades para serem trabalhadas na Educação, necessitando de novos estudos que as esclareçam.

Palavras-chave: Sexualidade; Educação Sexual; Currículo.

ABSTRACT

This research brings up the discussion of sexuality, particularly in formal education, starting from what is reported in the National Curriculum Parameters (NCP's). Sexuality embodied in formal education through Sexual Education (SE) has been and is still surrounded by many taboos and prejudices. SE particularly over the years, has been implemented in school, through discussion of sexual orientation (SO). It aimed to analyze the ways in which sexuality is discussed in formal education, starting with the content of NCPs of Elementary School I. In particular level, sexuality stood in Brazil, demonstrating its specificities in education; it was described the SE in Brazil, emphasizing its relationship with the school curriculum; and mapped the sexuality in the NCP's of Elementary School I. Among so many events related to sexuality, it was questioned about the effectiveness of how sexuality is crafted in education and specifically within the school curriculum. The approach taken on the phenomenon on screen is guided in a historical perspective, by understanding that it is able to catch the events that involve a plural dimension. The procedure used was the bibliographical and documental study, capable of providing the necessary tools to support the analysis in question. At the end of the study, we conclude that, although there were changes, the issues involving sexuality still face great difficulties to be worked in education, requiring new studies that clarify them.

Keywords: Sexuality; Sexual education; Curriculum.

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDS	Síndrome da Imune Deficiência Adquirida
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ES	Educação Sexual
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN's	Parâmetros curriculares nacionais
PCNEM	Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio
OS	Orientação sexual
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 SEXUALIDADE, PERCURSO HISTÓRICO E O CONTEXTO BRASILEIRO.....	13
2.1 Breve histórico.....	13
2.2 Sexualidade e educação.....	24
3 A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL.....	31
3.1 Breve histórico.....	31
3.2 A educação sexual e o currículo escolar.....	39
4 A SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.....	47
4.1 Breve descrição.....	47
4.2 Trajetos no ensino fundamental I.....	55
5 CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

1. INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos o nosso estudo, materializado neste trabalho de conclusão de curso, faz-se necessário introduzir um pouco da nossa história, pois assim poderemos situar um pouco às razões que nos levaram a construí-lo.

Eu sou Nahyara Layse de França Andrade, fiz o meu primeiro vestibular para Pedagogia, que foi a minha primeira opção de curso. Iniciei no período de 2012.1. Eu e Priscila iniciamos o curso juntas, em seguida conhecemos Stéfany. Nosso trajeto na UFPB, em relação a estudos e amizade, em sua grande parte, desenvolvemos juntas. O meu interesse pela temática surgiu após uma conversa com Stéfany, na qual ela me apresentou seu interesse na temática da Sexualidade, e me convidou para desenvolvermos esse trabalho. Achei bastante interessante devido aos tabus que cercam esta temática. Para mim, seria um desafio tratar deste tema, visto que pouco se desenvolve abertamente nas escolas.

Eu sou Priscila Cavalcanti Coutinho de Lima, ingressei no curso de pedagogia em 2012.1 e, assim que iniciei meus estudos, tive a minha primeira experiência, como educadora, em uma instituição filantrópica, trabalhando com educandos dos 7 aos 13 anos de idade. Com isso, percebi que as crianças e adolescentes dessa faixa etária se mostraram curiosas quanto à própria sexualidade de quanto à dos os amigos. Em um dos vários momentos que estive presente nessa instituição, um dos meninos e meninas foi para baixo da mesa olhar os órgãos genitais. Em outro momento, fui percebendo que, quando acontecia algum estresse entre eles, um dos estudantes sempre tinha atitudes de desrespeito e preconceitos com os colegas, intitulando-os de gays, entre outros termos pejorativos, o que ocasionava conflitos. Essa é uma realidade que já vem acontecendo desde o meu ensino médio, quando, infelizmente, esses gestos de preconceito partiam de professores e diretores contra alunos que demonstravam seus interesses sexuais. Contudo, precisamos como profissionais da educação estar preparados diante da nossa realidade. Faz-se necessário um professor que busque atuar de forma sensata, equilibrada e respeitosa em sala de aula, o qual deve receber formação continuada, principalmente voltada a assuntos referentes à sexualidade. Essas experiências eu sempre compartilhava com as minhas amigas da graduação Nahyara e Stéfany, as quais,

por sua vez, mostravam-se interessadas quanto ao assunto. Sobre isso, discutíamos e opinávamos sempre que o assunto era trazido à baila.

Chamo-me Stéfany Sabrina Batista Montenegro. Sou do interior paraibano e iniciei meu curso no mês de agosto de 2011. Desde que entrei no curso, já tinha vontade de trabalhar com a temática da sexualidade, pois, ao longo da minha educação básica e das minhas experiências de vida, pude perceber o déficit que existe quando se tratar dessa temática. Muitos são os tabus, medos e receios que a envolvem. Ao longo do curso, pensei em realizar este trabalho de conclusão em várias linhas, mas no final decidimos pelo estudo da sexualidade nos PCN's.

Fundamentado no exposto, vale salientar que escolhemos como tema do nosso trabalho a sexualidade no currículo escolar, particularmente nos PCN's, pois faz-se necessário abordar a sexualidade, tendo em vista que ela nos acompanha desde o nosso nascimento até o momento de nossa morte. Os trabalhos sobre sexualidade e suas temáticas ainda sofrem muitos tabus e preconceitos. Com isso, é mister que nós, como pesquisadoras e futuras pedagogas, conheçamos um pouco mais sobre a história, percursos e as dificuldades que cercam este tema. Tomando como objeto de estudo a sexualidade, queremos não só conhecer o que foi feito ou é feito na educação; queremos descrever o que pode ser feito para incentivar os trabalhos sobre a sexualidade e seus desdobramentos temáticos.

São inúmeros os problemas que cercam os estudos em torno da sexualidade. A partir das leituras que realizamos, tentaremos descobrir se a forma como a sexualidade é abordada nas escolas e colocada nos PCN's é mais adequada para a sociedade em que vivemos. Assim, nosso objetivo geral é o de analisar as formas pelas quais a sexualidade é discutida na educação formal, partindo da apreensão dos conteúdos apresentados nos PCN's do Ensino Fundamental I. Destaque-se que o modo de se trabalhar e a forma como a sexualidade é vista pelos profissionais da educação são influenciados pelo que é proposto nos PCN's. A aceitação ou rejeição ao trabalho com a sexualidade dependem não só do que se quer na escola, mas também da forma como a comunidade escolar percebe tal temática.

Para realizarmos este trabalho, fizemos uma pesquisa teórica e utilizamos a leitura de textos que tratam sobre a história da sexualidade, seu desenvolvimento e sua implementação no âmbito da educação formal.

O nosso trabalho está dividido em três itens:

No primeiro – Sexualidade, Percurso Histórico e o Contexto Brasileiro – Situar-se-á a sexualidade no Brasil, recortando suas especificidades na educação.

No segundo – A Educação Sexual no Brasil – Descrever-se-á a educação sexual no Brasil, salientando suas relações com o currículo escolar.

No terceiro – A Sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Mapear-se-á a sexualidade nos PCN's do Ensino Fundamental I.

2 SEXUALIDADE, PERCURSO HISTÓRICO E O CONTEXTO BRASILEIRO

Nesta capítulo, situar-se-á a sexualidade na cultura ocidental, culminando no Brasil, fazendo recortes sobre suas especificidades. Este item está dividido em duas partes. Na primeira, apresentaremos as concepções sobre a sexualidade e sua caracterização na cultura judaico-cristã, que molda a sociedade ocidental, onde se insere a realidade brasileira. Na segunda, falaremos sobre a sexualidade na educação.

2.1 Breve histórico

A sexualidade, do ponto de vista da linguagem coloquial, é uma “condição de sexual. Sensualidade; sexo”. (FERREIRA, 2001, p.634.). Enquanto que, de outra forma a sexualidade é vista como sendo, “O conjunto dos fenômenos sexuais. Sexo” (MELHORAMENTOS, 1997, p.477). As definições de sexo são bastante similares nessas duas mesmas obras. Como podemos ver a seguir:

Sexo (cs) *sm.* **1.**O conjunto das características que distinguem os seres vivos, com relação à sua função reprodutora. **2.** Qualquer das duas categorias, macho ou fêmea, na qual eles se classificam. **3.**O conjunto dos que são do mesmo sexo. **4.** Sensualidade, volúpia. **5.***Bras.* Os órgãos genitais externos (FERREIRA, 2001, p.634.).

Sexo (*cs*) *sm.* **1** conjunto de caracteres estruturais e funcionais segundo os quais um ser vivo é classificado como macho ou fêmea. **2** os órgãos genitais externos. **3** sensualidade, volúpia; sexualidade (MELHORAMENTOS, 1997, p.477).

Sexualidade e sexo não são as mesmas coisas. Sexo são os aspectos biológicos e físicos que definem quem é fêmea e quem é macho; é, também, o ato sexual em si. Sexualidade engloba muito mais que aspectos biológicos e físicos que vão além do ato sexual: são os traços pessoais do indivíduo, isto é, os sentimentos amorosos que demonstramos por uma pessoa, seja esta do mesmo sexo ou do sexo oposto. Portanto, ela abrange as características culturais e sociais de um povo acerca das atitudes referentes ao sexo. Figueiró diz que:

[...] O primeiro está relacionado diretamente ao ato sexual e à satisfação da necessidade biológica de obter prazer sexual, necessidade essa que todo ser humano, seja normal ou com

necessidades educacionais especiais, traz consigo desde que nasce. Sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Inclui, também, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual (FIGUEIRÓ, 2006, p.2).

Mas as definições mudam com o tempo e, como podemos perceber, divergem até mesmo entre os dicionários, o que por vezes torna os estudos realizados acerca dessa temática de difícil abordagem. Esta questão existe há muito tempo. O sexo e a sexualidade são cercados de diversos tabus, que, felizmente, aos poucos estão sendo quebrados, mas infelizmente ainda se tem um longo caminho a percorrer.

Um dos grandes estudiosos desta temática foi Michel Foucault, segundo o qual “a sexualidade é um dispositivo de poder, em ação no ocidente, cujas metas, entre outras, visa à instalação de táticas que reordenem as práticas sexuais, objetivando a sua normalização” (Foucault; 1979; *apud* Lima Junior, 2012, p.12).

Desta forma, podemos perceber que, através da sexualidade, o ser humano se expressa, demonstra o que sente por si e pelo outro, e, mais que isso, ao ser um dispositivo, é usado para controlar e impor uma normatização do sexo. Assim, podemos entender que a sexualidade é também um recurso usado para controlar a forma como o sexo é visto, falado e praticado.

Ao estudar o tema sexualidade, devemos sempre lembrar que esta não é imutável, pois a cada época seu significado e importância são revistos, repensados e modificados e que esta depende de vários fatores, tais como cultura, religião, classe social e níveis educacionais.

Nas pesquisas realizadas por Duarte e Christiano (2012), encontramos indícios de que os primeiros vestígios de sexualidade datam do período paleolítico. Estes vestígios são pinturas, desenhos e esculturas que representam o corpo feminino, especialmente as partes íntimas pela figura de um triângulo. Assim,

Na maior parte do matriarcalismo primitivo há o culto à fertilidade feminina. Podemos afirmar que no matriarcado primitivo as divindades são concebidas como elementos primevos femininos e variam em características e formas envolvendo a fertilidade. Como consequência a sexualidade, ao se ver envolvida de uma significação mítica, é concebida como sagrada e divina, com o predomínio da função da mulher, como apanágio feminino. (NUNES, 1987 p.59).

Nessas comunidades primitivas, onde havia o matriarcado, a mulher, então, era vista como a responsável pela família. Era ela quem organizava, quem dizia o que deveria ser feito e como deveria ser feito. Elas eram respeitadas. Elas possuíam as características necessárias para produzir e manter a vida. Desta forma,

O paleolítico era dominado pelo matriarcado, pelo culto e valorização do elemento feminino e assim permaneceu por milhares de anos. As mulheres possuíam o sentido da observação, da experimentação e pesquisa de novas tecnologias para a subsistência e produção da vida (SPITZNER, 2005, p.18).

Há a hipótese de que, nessa época, a sexualidade era marcada por uma significação mística, quando eram feitos cultos em consagração a fertilidade feminina, já que esta era vista como sagrada. Nesse período, há teorias apontando que o ato sexual, era realizado principalmente em busca de prazer, e de uma satisfação física. Presume-se que, tanto para o homem, quanto para a mulher o que importava era o prazer.

No período Neolítico dá-se início a agricultura e a criação de gado. As mulheres deixam de ser as responsáveis principais pela família e os homens passam a assumir esta responsabilidade. O poder, agora, patriarcal é o que predomina, o homem passa a exercer a função de pai e de chefe de família. Assim, cabe a ele zelar pelas plantações e animais garantir a segurança do grupo e defender o território. Desse modo,

A função do homem passa a ser de pai ou chefe, devido ao domínio dos meios de produção. Com este poder centralizado na figura masculina, ocorre a formação de exércitos para defender as propriedades de terra, recentemente delimitadas, após a sedentarização dos indivíduos, além disso, formam-se o poder real e a religião (NUNES 1987, p.60).

Enquanto isso, especula-se que, a mulher passa a ser responsável pelo cuidado do lar, dos filhos e das atividades na lavoura que envolviam o plantio e colheita. “‘Nesse período, a mulher cuidava da lavoura e da casa. Engravidava e tomava conta do filho” (SPITZNER, 2005, p.19). Sendo assim, a mulher deixou de ser a encarregada também por algumas atividades que garantiam a sobrevivência de seus familiares, para ser vista como propriedade do homem.

Para os Hebreus, na antiguidade, o ato sexual deveria ser destinado principalmente à procriação, podendo o homem ter várias mulheres desde que fosse

capaz de mantê-las e protegê-las. Eles acreditavam que para ser feliz era preciso ter uma família numerosa, pois assim estavam realizando a promessa de Deus a Abraão, que era a de ter um povo por descendência. Mas havia um porém: a prole deveria ser composta preferencialmente de filhos homens, pois estes eram vangloriados e enaltecidos, enquanto que a filha, mulher, servia para unir famílias, e ser motivo de prejuízo para seus pais, já que na época do casamento estes deveriam dar algo aos pretendentes de sua filha, o dote. Sendo assim, até o final de sua infância, a mulher era propriedade de seu pai e, após os doze anos, com a consumação do casamento, passava a pertencer a seu marido. Sobre isso, vale salientar que:

Os hebreus destinavam o sexo à procriação dos filhos, que era uma tarefa destinada por Deus. Feliz o homem cuja família era numerosa. Era sábio ter filhos, logo, a relação sexual tornava-se bem vista. O aborto era crime, pois evitando-se que um filho homem fosse trazido ao mundo, estaria sendo negado ao pai, o direito de sobreviver através do filho (SPITZNER, 2005, p. 21).

A imortalidade do povo se dava através da linhagem familiar. Ter um filho significava a continuidade pós-morte, enquanto ter uma filha era sinal de futuro prejuízo em razão do dote que o pai deveria dar ao futuro genro (SPITZNER, 2005, p.21-22).

Na Grécia antiga, a nobreza conquistada por batalhas guerreiras era enaltecida. Os homens eram vistos como os senhores, e as mulheres como objetos, que deveriam ser boas esposas, donas de casa, progenitoras e mães. Os homens podiam ter relações fora do casamento, mas não poderiam gerar filhos, pois para os gregos conhecer sua linhagem era importante. Assim,

A sexualidade está em sua cultura misturada com seus deuses, sua religião e seus conhecimentos [...] a sexualidade grega envolvia a submissão da mulher, a exclusividade dos homens nos jogos e nas festas, na vida militar e administrativa (NUNES, 1987, p.70).

As relações extraconjugais podiam ser heterossexuais ou homossexuais. Nas relações homossexuais, existiam regras a serem seguidas, como, por exemplo, não se podia influenciar jovens que ainda não houvessem chegado à puberdade; tinha-se um tempo determinado por contrato em que se poderia ficar com estes jovens, os adultos se tornavam responsáveis pelos “seus” jovens. Nos dias atuais, esses relacionamentos seriam considerados crimes de pedofilia, mas naquela época, desde que seguidas as regras, era aceito como naturalidade por essa sociedade. Nesse sentido,

A pederastia traduzia-se na atração sexual de um adulto por um menino que já passara pela puberdade, mas ainda não atingira a maturidade. Nessa relação, o adulto tornava-se responsável pelo desenvolvimento moral e intelectual do menino tratando-o com delicadeza e afeição. Entre os gregos, a pederastia tornou-se um ramo da educação superior e não era condenada, por não ser considerada um desviante sexual. Os jovens eram alugados por hora ou em uma base contratual e havia uma vasta legislação sobre o relacionamento homem-rapaz. Sólon, no início do século VI a.C., afirmou que a pena de morte caberia àquele que fosse encontrado sem autorização, com jovens, antes da idade da puberdade (SPITZNER, 2005, p.22-23).

Enquanto isso, as mulheres eram consideradas posses e deveriam obedecer a seu pai, enquanto este fosse seu responsável, e, após o casamento, ao marido. Essas mulheres não se alimentavam junto aos homens e ficavam a maior parte do tempo em um espaço destinado a elas. A mulher deveria ser obediente e prendada, deveria ser econômica e saber cuidar de sua prole. As mulheres podiam se masturbar e ter relações homossexuais. Nesse encaminhamento,

Para os gregos, uma boa esposa deveria ser casta, sensata, saber fiar, tecer, costurar, ser capaz de administrar a casa com sabedoria e as tarefas adequadas aos empregados, gerar filhos, ser econômica com o dinheiro e bens do marido. Nem sempre as esposas negligenciadas se queixavam, pois a despeito das dificuldades, encontravam satisfação sexual através da masturbação e da homossexualidade. Para elas a masturbação era uma válvula de segurança e, como utilizavam com frequência “olesbos” ou “dildos” (pênis artificial), estes proporcionavam a satisfação solitária tanto a elas como às tríbades (homossexuais) (SPITZNER, 2005, p.24-25).

A mulher, na antiguidade clássica, é considerada propriedade dos homens, do mesmo modo que qualquer outro bem que eles possuíam, não tinham autonomia, sendo totalmente submissa às vontades de seu pai, enquanto este cuidasse delas e, posteriormente, ao seu marido, quando o casamento fosse realizado.

Essas concepções sobre a submissão da mulher aos homens dos povos gregos e hebreus da antiguidade muito influenciaram as posturas da religião cristã, principalmente durante o período medieval.

Ao longo dos séculos, foram vários os padres que criaram teorias e disseminaram suas ideias sobre a sexualidade. Dentre estes, os mais importantes foram, Santo Agostinho, São Jerônimo e São Paulo, mas certamente o que teve maior influência foi Santo Agostinho. Para ilustrar o exposto, vale ressaltar que,

Foi Agostinho quem disseminou, entre os padres da Igreja, um sentimento de que o ato sexual era fundamentalmente repulsivo e que a culpa não jazia em Deus, mas em Adão e Eva, quando esses caíram em pecado. Ele acreditava que a transgressão cometida por Adão e Eva persistia na humanidade e que sexo e luxúria eram tão vergonhosos da mesma forma que, toda criança dele nascida, nascia em pecado (SPITZNER, 2005, p.29-30).

A moral sexual de Agostinho foi a base doutrinária da moral cristã e era extremamente rígida e negativa. Ele escreveu argumentos condenatórios contra a anticoncepção com drogas, contra a interrupção do ato sexual, bem como todo tipo de intercurso sexual (SPITZNER, 2005, p.30).

Podemos perceber, com isso, que o pensamento religioso da Igreja católica e protestante sempre intervém de forma direta e indireta na sociedade ocidental, ao ditar regras morais e comportamentos a serem cumpridos, e não poderia ser diferente ao se tratar da sexualidade. A Igreja, através de Santo Agostinho, colocava o ato sexual, como pecado, passando, a todo custo, uma visão negativa do mesmo. A partir desse teólogo, o ato sexual só era permitido ser realizado após o casamento e apenas com o intuito de se procriar. Houve períodos em que se orientou que, na confissão, a pessoa deveria relatar sobre seus atos, seus pensamentos e desejos e colocá-los para serem julgados pelos Padres. Assim, a Igreja se colocava como fiscalizadora do sexo.

Spitzner (2005, p.30) nos diz que “para os sacerdotes, a mulher, como um todo, e o homem, da cintura para baixo, eram impuros, vergonhosos, criações do demônio”. Ou seja, a mulher seria o pecado por ter em seu corpo formas de sedução, enquanto o homem teria apenas meio pecado, conforme se fez a interpretação do pecado original, descrito na Bíblia, no gênese.

No início da época moderna, a repressão sexual aumentou, e a masturbação passou a ser vista de forma mais intensificada como anomalia. A partir disso, vemos que neste período houve uma forte repressão, bem mais intensa do que na época medieval. O capitalismo inicia seu desenvolvimento exatamente nessa época de repressão ao sexo. E para ele não seria vantajoso que os operários, ao invés de descansar, sucumbissem aos prazeres carnavais. Assim justifica-se a repressão ao sexo, por se acreditar que ele não pode caminhar lado a lado com o descanso do trabalhador. Assim,

Esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave precaução histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século

XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa. A crônica menor do sexo e de suas vexações se transpõe, imediatamente, na cerimoniosa história dos modos de produção: sua futilidade se dissipa. Um princípio de explicação se esboça por isso mesmo: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se? O sexo e seus efeitos não são, talvez, fáceis de decifrar; em compensação, assim recolocada, sua repressão é facilmente analisada (FOUCAULT, 1988, p. 11-12).

A sexualidade podia ser expressa por palavras e gestos na frente de crianças, mas a partir do período vitoriano (século XVII) passou a ser proibida e ficou restrita a um único ambiente: o quarto dos pais. Desta forma,

[...] A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 1988, p.9-10).

Acredita-se que, no Brasil colonial, existia um dualismo quando se tratava da sexualidade. Quando se tratava dos aspectos sexuais vividos em família, estes deveriam ser “escondido” e ter regras, pois o sexo entre o casal tinha regras para acontecer; já na rua ou com as escravas e as prostitutas, este poderia ser livre, não precisa ser regrado. Desse modo,

As práticas sexuais do início da colônia apresentavam-se sob um duplo aspecto: por um lado os códigos morais eram, quase, totalmente inexistentes, percebendo-se que as pessoas primavam pelos instintos: por outro lado, as interdições sexuais passavam a ocupar espaços: mesmo que ocorresse a supremacia dos instintos (LIMA JÚNIOR, 2012, p.68).

Até início do século XIX, a Igreja ainda possuía grande influência na regulamentação da sexualidade. Isso acontecia pelo fato de que, na sociedade brasileira de então, a ciência ainda não possuía respostas para muitas inquietações e, por vezes, as

explicações eram dadas pela Igreja, como algo provindo do mundo sobrenatural e do divino. Mas, como nessa época, a prostituição demonstrou números elevados. Os médicos e as instâncias políticas imperiais perceberam que era necessário intervir para que a sexualidade pudesse ficar sobre um controle, que eles julgavam correto e civilizado. Com base nessa visão,

O século XIX, inicialmente, é marcado pela influência da igreja para regulamentar o sexo. Os conhecimentos científicos que predominavam na época não conseguiam sobrepor-se às explicações sobrenaturais que, ainda, assumiam papel relevante, particularmente no Brasil. A sexualidade era operacionalizada sob essas visões que a legitimavam. Esse século, em sua primeira metade, registra o aumento da prostituição feminina, despertando o olhar dos médicos e das instâncias políticas, imprimindo novos rumos a sexualidade. Aos olhos de uma sociedade, marcada pelo ideário judaico – cristão, instaurava-se o discurso do desequilíbrio sexual, levando a Medicina a intervir. A Medicina e a Psicologia destacaram-se no processo de ajuste da sexualidade, pois as autoridades visavam a implantar, no Brasil, uma política sexual com traços da formulação europeia para que os campos disciplinares, que serviriam de auxiliares, trouxessem consigo a mesma metafísica (LIMA JÚNIOR, 2012, p. 143-144).

No século XX, a sexualidade passou a ser, com mais frequência, objeto de estudo, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Os desvios sexuais¹ entraram no campo das pesquisas realizadas por psicólogos, por serem consideradas doenças ou problemas mentais. Os médicos brasileiros trabalhavam a questão da higienização para prevenção de doenças sexuais e para que as proles fossem saudáveis. A pedagogia passa a ser, segundo Oliveira, uma concepção usada para educação sexual da população. Nessa direção,

Na primeira metade do século XX, no Brasil, instituiu-se um enorme barulho em torno da questão sexual, que começou a ganhar corpo já na primeira década. O sexo, seus desvios e sua higienização começaram a ser, com maior regularidade, objeto das teses de doutorado nas escolas médicas. A partir da década de 1910, começa a aparecer um novo campo, fronteira da medicina com a pedagogia e com a psicologia, que é o da educação sexual. O desvio – o crime, a perversão, a prostituição, a loucura – deveria ser entendido como os indesejáveis efeitos da questão sexual (Albuquerque, 1934b, 1935a; Brandão, 1910) (OLIVEIRA, 2012, p.508).

¹ Seria a homossexualidade, a histeria, as mulheres ninfomaníacas. Tudo aquilo que não fosse “natural” com relação ao sexo.

Possivelmente, esse interesse se dá não só pelas questões morais, para que o país seja bem visto no exterior, mas, provavelmente, por questões econômicas, já que seria mais barato para os cofres públicos da Primeira República a orientação, o controle e a educação, do que os gastos com exames e medicamentos. Além disso, quando a população operária fica doente, a burguesia e o Estado perdem dinheiro.

Durante a ditadura militar, vigoravam leis e códigos morais que, em sua maioria, colocavam a mulher como a grande responsável pelo casamento, ou seja, ela deveria tomar conta do marido, dos filhos e da casa, além de fazer com que casamento desse certo, pois, quando isso não acontecia, a culpa era toda dela. Nas leis da época, as mulheres adúlteras poderiam ser presas e mortas, já que o marido tinha o direito de “lavar sua honra”. Mas, apesar de tantas dificuldades impostas pelo poder patriarcal, as mulheres da época não deixaram de lutar por direitos, pois:

O Código Civil e o Código Penal que vigoravam durante a Ditadura Militar no Brasil foram promulgados em anos antecedentes, nos anos de 1916 e 1940 respectivamente, isto é, não foram criados por aqueles que pensaram o governo autoritário. No entanto, o que surpreende é o momento em que nascem as militâncias pela igualdade de gênero, o condicionamento da liberdade sexual da mulher já existia, porém em um período de opressão e de cerceamento de direitos, há o surgimento de alguns movimentos feministas, que lutam não apenas pela liberdade do povo em geral, como também pela sua, enquanto mulher (BATISTA E SANTOS, 2015, p.9).

Em 1976, foi publicado o primeiro volume da revista feminista, “Nós Mulheres”, que teve ao longo de seus dois anos de “vida”, oito publicações. Em cada edição eram publicados temas e assuntos de interesse do público feminino, que lutava pelos seus direitos. Muitas das mulheres que faziam parte da revista eram militantes que sofreram repreensões do Estado. No primeiro volume, a revista traz a seguinte afirmação “NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções.” (NÓS MULHERES, 1976). Sendo assim, a revista se mostra não só como um boletim informativo, mas também como um lugar onde as mulheres poderiam se expressar, podiam unir-se, lutar e buscar por seus direitos.

No Brasil, a temática da sexualidade ressurge com importância, no final da década de 70 e início da década de 80, voltados para o estudo do homossexualismo, identidade sexual e do conhecimento do mundo homossexual.

Também nesse período, surgiram os primeiros movimentos homossexuais, como a fundação do “Jornal Lampião da Esquina” (1978) e do grupo “SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual” (1979). Esse jornal foi considerado o primeiro jornal a tratar abertamente sobre a temática da homossexualidade, em uma época repressora e de conservadorismo, que foi a época da ditadura militar. Como nos mostra a citação a seguir:

No fim da década de 1970, um grupo de intelectuais assumidamente gays, dentre eles o próprio Trevisan, valendo-se do arrefecimento da repressão política brasileira, lança aquele que é considerado o primeiro veículo de ampla circulação dirigido ao público homossexual – O lampião da Esquina. A idéia do jornal surgiu a partir da visita ao Brasil do editor Winston Leyland, da Gay Sunshine Press, de São Francisco, Califórnia [...]. Pode-se dizer que o lançamento do jornal, em abril de 1978, fortaleceu a ação de alguns rapazes de São Paulo que organizavam o grupo que se tornaria responsável por consolidar o movimento homossexual no Brasil – o Grupo Somos. Com seus textos longos e comprimidos em letras pequenas, que só não atrapalhavam mais a leitura porque a vontade de tê-los era maior que a crítica que podíamos fazer na época, o Lampião da Esquina iniciava um novo capítulo para a história da construção e da afirmação de uma identidade gay no Brasil (RODRIGUES, 2007, p.66-67).

Com a criação do jornal “O Lampião da Esquina” e do grupo “SOMOS”, a homossexualidade passou a ser vista de uma nova forma, com um novo olhar mesmo dentro de uma época conservadora. Desse modo, abriram um espaço para que os homossexuais pudessem ser considerados cidadãos, como todas as outras pessoas, vivendo sua sexualidade abertamente.

Hoje em dia, temos tanto a sexualidade quanto a sensualidade hetero e homofobia tratadas abertamente nos meios de comunicação de massa, a ponto de serem tratadas como algo banal. Todavia, ainda ao mesmo tempo continuaram a ser repreendidas nas conversas, nos lugares públicos e nas instituições como escola e família, por exemplo. Elas são tratadas como algo que pode ser apenas exposto nas mídias e na internet, porém não analisado nas conversas com naturalidade. Spitzner (2005, p.78-79)

Em nossos dias, a sexualidade é tratada de forma banal influenciando no comportamento dos jovens e adolescentes. Os jovens sofrem a todo instante a influência da mídia com mensagens que vendem um dos produtos mais desejados: o sexo. A mercadoria está disponível na internet, no rádio, na televisão, no sexo virtual, nos namoros eletrônicos, nos rádios, nas bancas de jornal e livrarias, gerando

informações distorcidas e levando à prática desenfreada de impulsos e desejos.

Já mais recente, em meados da metade do século XX, o sexo passou a ser visto como objeto de consumo, através das indústrias de pornografias, exploração sexual e de objetos referentes ao sexo. A mulher também continuou a ser vista como objeto, agora de consumo, por ser um instrumento de apelo sexual, principalmente por meio da mídia, que expõe o corpo da mulher, como estratégia de vender e lucrar com isso. Assim,

A indústria cultural, muito mais que revistas, moda, produtos de beleza, discos, vende um estilo de vida, ela ensina um jeito de ser. A indústria cultural institui códigos de sedução, de bom gosto, de saúde e de exercício da sexualidade. Ela constrói e legitima determinadas identidades sociais e desautoriza outras (SPITZNER, 2005, p.77).

Atualmente, temos para sexualidade um impasse, ela vive uma dualidade, pois ainda existe certo receio em se falar sobre ela, em querer tirar dúvidas, em aprender sobre o sexo e suas especificidades, mas ao mesmo tempo existe uma erotização das culturas midiáticas, muitas vezes colocada nas imagens que expõe na televisão, nas letras das músicas, nos modos apresentados, por roteiros no cinema, onde comportamentos estereotipados de homens, mulheres e homossexuais devem agir. Todos esses aparatos tecnológicos colocam as mulheres e os homens em situação de submissão dos interesses de um mercado. Esses veículos de comunicação raramente empoderam as mulheres e os homossexuais, mas geralmente os colocam como vítima e objeto.

Ao longo dos séculos, a sexualidade passou por longas e grandes mudanças. Os discursos sobre sexo e sexualidade sofreram muitas alterações. A sexualidade já foi tratada como algo que poderia ser falado a qualquer hora e em qualquer lugar, já enfrentou períodos de proibição e de repressão.

Podemos dizer que, para ser possível o entendimento sobre sexualidade, é necessário uma ES, que ensine não só as partes do corpo, ou o que é sexo, pois se faz necessário uma ES que ajude na compreensão das diferentes formas de sentir prazer, de ver e de se falar sobre sexo.

A ES não é algo novo. Ela já vem sendo realizada há algum tempo, porém não da forma que se faz necessário. Ela está presente no modo como se aprende o que é certo ou errado, no que se ensina sobre os cuidados necessários para cuidar de si, e para

evitar uma gravidez prematura. Em alguns colégios europeus do século XVIII já se tratava sobre sexo, por meio da repressão ou de ensinamentos sobre o tema. Desse modo,

Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmado sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas, e pelo jogo das punições e responsabilidades. O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição — o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar — articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente (FOUCAULT, 1988, p. 30).

A questão da sexualidade na educação será abordada mais profundamente a partir do próximo item, pois nele veremos um pouco mais sobre a relação da educação e da sexualidade, além da importância que a mesma tem para nossas vidas.

2.2 Sexualidade e educação

A origem da palavra educação, conforme o dicionário Aurélio, vem do latim *educare* (ex “fora” e *ducere* “guiar”). Assim, educação significa “guiar para fora”. Este guiar para fora seria ensinar a lidar com o mundo, ensinar a conviver, enfrentar e superar as dificuldades que o mundo apresenta.

Também, temos como significado, segundo o dicionário Aurélio, que a educação é o “**1.** Ato ou efeito de educar (-se). **2.** Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano. **3.** Civilidade, polidez.

Nesse sentido, temos por educação um processo em que o indivíduo se adapta e se integra aos valores sociais. A educação também se refere aos ensinamentos transmitidos dos mais velhos aos mais novos, sejam para vida cotidiana, sejam para o

desenvolvimento pessoal ou profissional. A educação relaciona-se, assim, a conhecimentos e ao modo de ser e de agir que as sociedades possuem. Desse modo:

Educação é, portanto, o conjunto de representações, hábitos, normas, costumes e leis, regras e instituições que regem um grupo humano. Assim, a educação é um dos elementos básicos da estrutura social, e como instituição torna-se a estrutura ideológica mais importante para a reprodução e manutenção dos grupos sociais. As sociedades serão mais ou menos eficientes em sua reprodução como grupo social e seus valores, mantendo por mais tempo sua própria sobrevivência institucional, se puder manter um sistema de educação sólido, sustentado sobre elementos que lhe garantam a reprodução e continuidade, das antigas para as novas gerações (NUNES, 1996, p.8).

A educação exerce uma importante função com relação à formação do indivíduo, sendo também relevante na concepção relacionada à sexualidade, pois, através dela, o indivíduo pode adquirir valores, desenvolver-se entendendo sobre seu corpo e seus sentimentos.

Quando falamos em educação voltada para sexualidade, estamos nos referindo a uma educação que favoreça o desenvolvimento social, psicológico, biológico, cultural e sentimental. Estamos nos referindo a uma educação que deva ajudar a sociedade a aceitar as diferenças, a deixar os preconceitos de lado e prestar atenção nas pessoas que a compõem e não no que essas pessoas são, como se vestem, como agem ou como se comportam. Uma educação sobre sexualidade deve favorecer acima de tudo o autoconhecimento e a autoaceitação. Assim,

Define-se educação em sexualidade como uma abordagem apropriada para a idade e culturalmente relevante ao ensino sobre sexo e relacionamentos, fornecendo informações cientificamente corretas, realistas, e sem pré-julgamento. A educação em sexualidade fornece oportunidades para explorar os próprios valores e atitudes e para desenvolver habilidades de tomada de decisão, comunicação e redução de riscos em relação a muitos aspectos da sexualidade (UNESCO, 2010, p.2).

Percebemos que a sexualidade sempre foi vista como uma temática polêmica, desde a antiguidade até os dias atuais. Mesmo com todos os impasses e evoluções, ao tratarmos do tema, ainda encontramos certos empecilhos e dificuldades causados pelo impacto que o tema tem nos profissionais da educação e dentro das instituições escolares como um todo. Isso faz com que a sexualidade, infelizmente, ainda seja um enorme tabu na educação, mas felizmente, esse tabu aos poucos vem sendo quebrado e a

cada dia temos mais chance, mais oportunidades de abordar esta temática, mesmo com todas as dificuldades impostas pela sociedade.

Quando adentramos na relação escola família, essa temática geralmente sofre ainda mais preconceito, pois grande parte dos pais acham constrangedor ou desnecessário falar sobre sexualidade com seus filhos. São vários os fatores que os fazem agir dessa forma, por exemplo, a educação que eles tiveram com os seus próprios pais, desses não serem abertos a temáticas desse cunho ou mesmo por não saberem qual a melhor forma de abordarem esse tema com seus filhos, mas também ou por alguns acreditarem que o mundo e a escola induzem os alunos a comportamentos desregrados no plano sexual.

Essa postura de negação da temática da sexualidade acaba por trazer no futuro dificuldades para as novas gerações como problemas nos relacionamentos amorosos, não aceitação do corpo e do jeito de ser, gravidez indesejada, DST. Sobre isso, ressalta-se que

A comunicação sobre sexualidade entre pais e filhos é marcada, enfim, por uma ambiguidade em que ambas as partes reconhecem o problema, mas evitam enfrentá-lo. O dilema está então constituído. A ambiguidade explicita-se na percepção problemática dos desdobramentos prováveis da comunicação. Por exemplo, a orientação sexual poderia levar a iniciação sexual precoce? Ou a falta de orientação poderia resultar em doenças ou gravidez indesejada? (DIAS E GOMES, 1999, p. 82-83).

Ao trabalhar a sexualidade, deve-se levar em consideração a importância que o diálogo tem, pois só através deste é possível encorajar os educandos a falarem abertamente sobre suas dúvidas com relação ao tema e, assim, acabar com os tabus que existem sobre a mesma.

Vem-nos o questionamento: quando a escola exclui a sexualidade, tomando-a como um tema proibido. Será que a culpa é da falta de formação adequada dos professores, para tratarem do assunto com os alunos? Muitas vezes a “razão” realmente está aí, mas não é só isso que dificulta o trabalho com essa temática. A falta de interesse ou o fato de muitos professores infelizmente ainda acreditarem que o tema não deve ser tratado abertamente no espaço escolar também dificulte o desenvolvimento e a aplicação de atividades sobre o assunto. A realidade, contudo, nos mostra que a sexualidade precisa ser trabalhada e debatida na escola, pois nela os alunos podem se

expressar tirar dúvidas, colocar seus pontos de vistas, podem aprender a respeitar o “diferente” e a aceitar as diversas formas de expressar a sexualidade existentes em nossa sociedade. Como diz Louro (1997 p.80-81)

É importante notar, no entanto que, embora presente em todos os dispositivos de escolarização, a preocupação com a sexualidade geralmente não é apresentada de forma aberta. Indagados/as sobre essa questão, é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo: "em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nessa área", ou então, "nós acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos". De algum modo, parece que se deixarem de tratar desses "problemas" a sexualidade ficará fora da escola. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz, podemos estender as análises de Foucault, que demonstraram o quanto as escolas ocidentais se ocuparam de tais questões desde seus primeiros tempos, aos cotidianos escolares atuais, nos quais podemos perceber o quanto e como se está tratando (e constituindo) as sexualidades dos sujeitos. Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir".

Os educadores, como também a escola, devem ter noção acerca da importância que existe em trabalhar a sexualidade, pois, mesmo que a sociedade e a comunidade não queiram aceitar, ela faz parte do dia a dia da criança, do adolescente, do adulto e do idoso. Portanto, para que ela seja tratada de forma natural, faz-se necessário falar sobre ela. Sendo assim, os temas sexo e sexualidade devem ser trabalhados como qualquer outro, visto que ele é vivenciado frequentemente no âmbito escolar, na família, na rua ou em qualquer lugar. Sobre essa questão, ressalta-se que

Temos que fazer uma escolha: deixar que as crianças descubram as coisas por si mesmas entre as nuvens de informações parciais, desinformações e franca exploração que encontrarão na mídia, internet, pares e pessoas inescrupulosas, ou então enfrentar o desafio de fornecer uma educação em sexualidade clara, bem informada e cientificamente fundamentada, baseada nos valores universais de respeito e direitos humanos (UNESCO, 2010, p.3).

Para que esse trabalho seja possível, é importante que os educadores e a escola modifiquem sua postura quanto ao tema. É de suma importância que a comunidade escolar esteja aberta, que esteja apta a transformações que irão surgir ao falar sobre sexo

e sexualidade na sala de aula, pois assim está favorecendo o bem-estar sexual, e desenvolvendo a criticidade, a liberdade e a aceitação da igualdade e do respeito entre as pessoas. Nesse sentido,

A instituição deve ser um ambiente em que todos os alunos se sintam acolhidos. Para que isso aconteça, é importante que a sexualidade seja discutida constantemente, mostrando que não há uma única maneira possível de explorá-la. Também é preciso apoiar alunos que busquem os educadores para discutir sua sexualidade. Nas regras de convivência e nas ações concretas de gestores e professores, deve estar claro que situações de homofobia e piadinhas não são toleráveis (SOARES, 2015, p.2).

A escola deve sempre comunicar aos pais sobre o que está trabalhando em sala de aula; ela não vai tomar a frente da ES, mas irá complementar o que a família ensina. É necessário, por conseguinte, que exista um diálogo entre família e escola, a fim de que ambas entendam o que está sendo feito, o que cada um deseja transmitir. Isso evitará que problemas por falta de informações. Por isso, é importante que os pais saibam que a escola está educando seus filhos para terem uma vida sexual com as informações necessárias que cercam este tema, e não pensem que a escola os está induzindo à prática o ato sexual. Assim:

A escola deverá informar os familiares dos alunos sobre a inclusão de conteúdos de Orientação Sexual na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores da proposta. O diálogo entre escola e família deverá se dar de todas as formas pertinentes a essa relação (BRASIL, 1997, v.10, p. 85).

A escola tem uma grande importância ao trabalhar a sexualidade, já que nossas crianças e adolescentes passam boa parte de seu tempo na escola se socializando com os colegas e com os amigos. Enquanto estão na escola, eles devem aprender a se expressar, a respeitar a si e ao outro. A escola pode transmitir conhecimentos com relação à sexualidade, para que os seus alunos tenham uma melhor assimilação e entendimento do assunto. Ela proporciona que seus alunos sejam capazes de desenvolver suas próprias concepções sobre as temáticas que envolvem a sexualidade. Proporciona, também, que os estudantes tenham conhecimento sobre sua sexualidade e sua saúde, para que o ato sexual seja praticado de forma sadia. Nessa perspectiva,

Ressalta-se a importância de se abordar a sexualidade da criança e do adolescente não somente no que tange aos aspectos biológicos, mas

também e principalmente aos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos dessa sexualidade (BRASIL, 1997, v.10, p. 87).

Visto que, a sexualidade está presente tanto física, como psicologicamente em todos os indivíduos, desde o seu nascimento à sua morte, não devemos nunca deixá-la de lado. Na escola, a professora e o professor tornam-se os facilitadores por traçarem um ou vários caminhos, em que os temas que circulam a ES sejam abordados sem preconceito, pois a sala de aula não serve apenas para aplicar conteúdos didáticos, ela também serve para desmistificar alguns assuntos, para incentivar a quebra de tabus, e para que os alunos possam expor e explorar suas ideias e pensamentos em torno de qualquer tema, sem temer ser chamando atenção, sofrer repreensões por parte dos docentes ou ser motivo de chacota dos colegas.

Desse modo, podemos atribuir à escola um importantíssimo papel, que é o de favorecer a formação e/ou construção de identidades, fazendo desse espaço um lugar propício para discussões que se vinculem à sexualidade. Dessa forma, os profissionais que estão ligados ao currículo escolar têm por obrigação problematizar e discutir questões que envolvem a sexualidade. sejam elas esclarecimentos biológicos ou emocionais, de cunho preconceituoso em relação à homossexualidade e bissexualidade, sobre o entendimento das DST's, ou o descobrimento do próprio corpo, dos seus sentimentos e anseios.

Passar essas informações e debater sobre o tema nada mais é que lutar por uma melhor condição de vida, e isso é extremamente importante. Podemos considerar que grande parte dos jovens contam apenas com o espaço educativo para debater sobre a sexualidade, visto que em casa, na maioria das vezes, com seus familiares, não há esse espaço, pois os pais não abrem diálogos acerca deste tema.

A escola deveria trabalhar a sexualidade sempre levando em consideração os interesses os alunos, os problemas e dificuldades que assolam a comunidade em que a escola está inserida. Deve fazer o possível para passar aos estudantes e suas famílias sobre a importância de falar e debater sobre a sexualidade. A escola pode sempre caminhar de mãos dadas com os responsáveis pelos seus educandos e com a comunidade no geral, pois só assim poderá ter alguma chance em realizar um trabalho real e de qualidade.

Ao se permitir trabalhar a sexualidade, a escola está transformando o que outrora era visto como errado, pecado e vulgar em algo que pode e deve ser falado, sem temer recriminações. Enquanto a escola se recusar a falar sobre sexualidade ou se ativer a falar apenas dos aspectos físicos e biológicos dos corpos masculino e feminino, nossa sociedade possivelmente permanecerá preconceituosa.

Muitos tabus que um dia circundaram a sexualidade, hoje, não existem ou estão sendo quebrados. Ainda temos um longo percurso a seguir, porquanto existem pessoas que alegam que o ensino da mesma na escola é uma forma de desvirtuar nossas crianças, de fazer com que elas “pequem”. Estas pessoas já conseguiram proibir a utilização de matérias sobre a temática da homofobia, além de iniciativas que queriam fazer com que o gênero fosse definido pelas características psicológicas e não físicas, mas há quem lute pelo direito de uma ES que favoreça o ressurgimento de uma sociedade menos preconceituosa. Em algum momento, conseguiremos fazer isso se tornar realidade.

No próximo item, falaremos sobre a história da ES no Brasil e sua entrada no currículo escolar. E nele poderemos ir mais a fundo sobre esta temática, que tanto sofre com os preconceitos impostos por uma sociedade que vive o sexo, mas não quer que se fale sobre ele.

3 EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Abordar-se-á a Educação Sexual no Brasil, pontuando alguns fatos ocorridos tanto na Europa quanto no Brasil. Descrever-se-á, ainda, acerca da implementação e trajetória dos estudos da educação sexual no currículo escolar brasileiro.

3.1 Breve histórico

Antes de darmos início ao percurso da ES, é necessária uma breve apresentação sobre o que ela significa na educação e quais os conteúdos que fazem parte dela. Atualmente são várias as temáticas referentes à sexualidade e ao sexo, como por exemplo, a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis, da gravidez na adolescência, a equidade de gênero e o respeito para com o outro e para si; temas que estão inseridos na proposta da ES. As orientações oriundas da ES devem ser trabalhadas em todos os âmbitos da sociedade e discutidas em todas as idades. Cabe nessa discussão diferenciar métodos, adequar termos em cada faixa etária e levar em consideração os conhecimentos que os educandos possuem. Sobre isso, cabe ressaltar que:

educação sexual ocorre, na verdade, desde o nascimento. É predominantemente no território familiar, na intimidade, que são transmitidas à criança as primeiras noções e valores associados à sexualidade, em geral não explicitamente (SAYÃO 1997, p. 112).

Desse modo, podemos compreender que a ES pode ser realizada desde o nosso nascimento. Entretanto, sabemos que essa compreensão é acompanhada de muitos preconceitos, já que ainda hoje muitas pessoas argumentam que as crianças não devem ouvir, falar e muito menos discutir sobre as temáticas abordadas na ES. Ainda assim, ressaltamos novamente a importância de se trabalhar com a ES em todos os âmbitos sociais e não apenas na escola ou na família, pois cada lugar e cada pessoa têm algo a ensinar e a aprender, seja sobre esse ou qualquer assunto, e ninguém é suficientemente capaz de se desenvolver sozinho.

Os primeiros indícios de ES datam do século XVIII, na Europa, em que havia uma educação centrada no controle, baseada no que se podia fazer e falar. Foucault (1988) nos diz que no século XVIII não se falava abertamente sobre a sexualidade, mas esta estava presente nas instituições escolares desde a construção dos prédios, até a

organização do ambiente escolar como um todo. Sendo assim, não se falava sobre o sexo, mas, no discurso interno das instituições e no seu silêncio, se multiplicavam os tabus e preconceitos sobre a sexualidade. Pelo exposto,

A sexualidade das crianças e particularmente dos adolescentes é preocupação escolar desde o século XVIII, quando esta questão torna-se um problema público. Desde então, a instituição pedagógica não impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, concentrou as formas de discurso neste tema, estabeleceu pontos de implantação diferentes, codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Tudo isso permitiu vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso (ALTMANN, 2000, p.578).

Assim, em meados do século XIX, a ES passa ser mais frequente na Europa. Alinhada ao seu caráter de instrumento de controle, os ensinamentos voltavam-se para os riscos de se relacionar sexualmente, tratando acerca do combate das DST's e preocupando-se com a proteção dos jovens. Dessa forma, o que importava era ensinar o controle das práticas sexuais para crianças e adolescentes para que estas não desenvolvessem nenhuma doença, seja esta física ou até mesmo mental. Barroso e Bruschini (1982) *apud* Figueiró (1998, p.124) nos dizem que

médicos e educadores em um número considerável, manifestavam-se a favor da educação sexual como forma de evitar a perversão moral, as psicoses sexuais e a degeneração física, bem como assegurar a saudável reprodução da espécie.

Constata-se, então, que entre os séculos XVIII e XIX, o interesse do Estado com relação a ES era voltado para a regulamentação do sexo e à prevenção das doenças venéreas. Isso foi imposto objetivando uma melhor qualidade de vida, pois tinha-se a saúde como o principal motivo pelo qual a sociedade deveria ser educada sexualmente, e também porque a prevenção seria mais viável economicamente do que o tratamento. Podemos perceber que instruir as pessoas a dominarem seus impulsos naturais constitui em um treinamento e não em uma ação educativa, uma vez que a educação em si é reconhecida. Segundo Pfromm Neto (1987) *apud* Figueiró (1996, p.52), ressalta-se

Um conjunto de experiências pessoais, ativas, dinâmicas, mutáveis, por meio das quais o indivíduo seleciona, absorve e incorpora informações, relaciona-as com as que já dispõe em seu repertório e as organiza, expressa ou utiliza para criar novas informações, orientar suas ações, agir juntos a outras pessoas ou modificar o ambiente.

As primeiras experiências relacionadas à ES foram realizadas por médicos franceses, e que, segundo Barroso e Brushini (1982, p.18), seriam para “[...] ensinar os jovens a transmitir a vida”. Logo no início do século XX, a França acolheu a ES em seus espaços escolares e determinou que fosse obrigatório nas instituições de ensino. A ES, aprovada com o objetivo de se estudar o aparelho reprodutor, é adotada dentro da disciplina de Ciências, sendo ministrada pelo professor de Ciências Naturais. A abordagem também poderia ser oferecida em cursos facultativos.

No século XX, a ES ainda era pouco reconhecida como uma prática a ser tratada pedagogicamente, pois a temática sugerida como conteúdo se referia apenas à reprodução da espécie. Quanto à abordagem pedagógica, ainda desta época, apenas o professor era tido como o detentor do conhecimento, e ele era quem apresentava o modelo a ser seguido, enquanto ao aluno era designado apenas o título de receptor. Então, com esse modelo tradicional de ensino, ficava incumbido aos alunos o dever de obedecer às ordens postas pelos mestres, sem terem o direito de questionar ou expressar suas opiniões em sala.

A implementação do conteúdo da ES no espaço escolar provocou rejeição por parte de pais e alunos. Embora não houvesse uma maior disposição para se aprofundar dentre os temas abordados, visto que criticavam pelo título, essas atitudes preconceituosas dificultavam o entendimento da importância acerca do debate sobre a sexualidade na educação de crianças e jovens. Essa situação se apresenta nos discursos franceses citados por Lima Junior (2008, p. 19):

No contexto francês, existiam ainda, posturas extremamente conservadoras no que diz respeito às questões sexuais. No âmbito da Educação, a ES contou com posturas contrárias que eram provenientes de pais e de filhos. A ES era vista como uma prática que poderia desvirtuar os jovens, sendo considerada muito mais inadequada do que a própria falta de informação dos jovens.

O aumento de problemas ligados à saúde e o objetivo do controle da natalidade levaram alguns países da Europa (França, Suécia e Alemanha) a se preocuparem com a vida sexual dos jovens, entendendo-se que, com o aumento das atividades sexuais, haveria uma elevação no número de contágios de doenças venéreas.

Para que ocorresse um maior controle das DST's, seria necessário obedecer a uma ordem colocada pela escola através da ES. Lima Junior (2008) aponta que, nesse mesmo período, outros países, como o Canadá e a extinta URSS, buscaram trazer a ES

para as instituições escolares, mas faziam através das escolas de Medicina. Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o responsável pelo ensino da ES era o médico pediatra, pois reconheciam que os adolescentes estavam iniciando a sua vida sexual cada vez mais cedo.

Percebemos, então, que discutir e implantar a ES nos discursos escolares revelou-se a partir da ótica do Estado burguês, na qual se visava atingir o lema da reprodução e, principalmente, o de ter cidadãos e cidadãos saudáveis, uma vez que ser saudável importa tanto para exercer funções na sociedade, como para se reproduzir.

Aqui no Brasil, essas questões também estão presentes, pois os discursos sobre a ES no âmbito escolar mostram que as organizações governamentais acreditam que a ES fosse um meio pelo qual se reduz o crescimento demográfico. Neste sentido, Barroso e Brushini (1982, p.9) relatam a grande preocupação com relação ao interesse do Estado para com a ES, pois

A Educação sexual é, assim, invocada como um veículo capaz de incutir nos jovens atitudes e conhecimentos que levem a um comportamento reprodutivo adequado a determinada política demográfica. Uma visão assim estreita dessa prática é extremamente limitada do ponto de vista do desenvolvimento harmonioso e integrado da criança e do adolescente. É de se temer, portanto, que uma “educação sexual para o controle da natalidade” venha a ser implantada.

O interesse brasileiro de implantar a ES nas instituições escolares se deu por volta do início do século XX, por iniciativas médicas, higienistas e sanitárias, com o intuito de levar o “conhecimento a respeito das DST’s, manter a sociedade sadia e livre das doenças” (LIMA JÚNIOR, 2008, p. 21). Assim, identificamos que, para o Estado, o objetivo era treinar as pessoas no cuidado com o corpo para se ter saúde.

No Brasil, em 1920, surgiram algumas manifestações a favor da ES. Berta Lutz, fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, foi responsável por alguns desses movimentos. A finalidade das manifestações voltava-se tanto para a implementação da ES,[como para a luta dos direitos das mulheres de trabalharem sem ter que pedir permissão ao marido (ARRUDA, *et al*, 2011, p.) Com relação à ES, Berta Lutz propôs que a sociedade refletisse sobre a importância dessas orientações também para a infância, propondo ao Estado que toda a rede de ensino aderisse ao programa. Entretanto, somente em 1928 que o Congresso Nacional de Educadores aprovou o

programa de ES nas escolas para adolescentes acima dos 12 anos de idade (SANTOS, 2015).

Em 1930, houve a inserção da ES no Colégio Batista do Rio de Janeiro, que tinham apenas meninos como alunos. Esse conteúdo, voltado para as ideias de Darwin tratando sobre a evolução das espécies, era ministrado pelo professor Stawiarski. Mas, na década de 50, houve um processo judicial contra o professor, no qual ele foi acusado de comportamentos imorais, o que provocou sua demissão, “apesar de estar dentro de uma linha de prudência e da alteridade”, conforme apontam Barroso e Brushini (1982, p. 20). Tal fato nos faz refletir sobre a relevância que a ES tinha naquela época, pois percebemos que quando se buscava a inclusão da ES nas instituições escolares, esta era interrompida. Podemos levar em consideração a fragilidade se discutir conteúdos específicos, uma vez que esse processo judicial ocorreu devido ao fato do professor tratar de assuntos referentes a conteúdos biológicos do corpo humano. Ou seja, se já era notável as dificuldades de se debater tais conteúdos, se aspectos diretamente relacionados à vida sexual fossem abordados, a tentativa de impedimento seria maior ainda. É de extrema importância que a sociedade compreenda o que está ligado à ES, para que assim o preconceito seja extinto. Há uma necessidade maior ainda das escolas conhecerem seus alunos e alunas para estar preparada para os mais diversos assuntos relacionados à ES que possam surgir, não apenas se atrelando a um aspecto do conteúdo, como foi proposto no currículo da escola carioca citada anteriormente.

No ano de 1938, a ES estava sendo difundida para a população, não só pelo Governo brasileiro, mas também por vários profissionais da saúde e da educação que estavam interessados no conteúdo. Nessa época, foi lançado o livro “Iniciação Sexual – Educacional (leitura reservada) de Oswaldo Brandão da Silva” (LIMA JUNIOR, 2008, p.24), destinado apenas aos rapazes, com objetivo de orientar sobre as relações sexuais e estimular o comportamento de constituir uma família numerosa e “saúdável”. As mulheres, no entanto, não poderiam ter acesso ao livro para que não acontecesse de elas perderem a inocência antes do casamento. Assim, o homem ficava responsável por ter o conhecimento sobre a vida sexual e, no casamento, apresentá-la à esposa, conforme aponta Arruda, *et al* (2011).

De acordo com Lima Junior (2008, p.25), na década de 50 dois livros sobre a temática da sexualidade foram ocultados pela igreja Católica: o de Ogino Knauss, intitulado “Métodos de Controle da Fertilidade”, e o de Fritz Karan “Guia e Conselheiro

para Todos, com respostas a Todas as Questões”. A partir desse fato, podemos ter ideia da influência que a igreja Católica tinha sobre o Estado, sobre o que podia ou não ser ensinando.

A posição da Igreja Católica tem sido desconsiderar a ES, desde a Idade Média. Diante disso, podemos perceber o poder que a Igreja tinha sobre a sociedade brasileira, ao retirar e silenciar discursos sobre a ES. Apesar de a abordagem religiosa tradicional ser tão rígida e buscar interromper todo o trabalho sobre a ES, antes e durante a década de 60, surgiram acontecimentos cruciais a respeito da ES.

É válido ressaltar que, apesar dos obstáculos do percurso da ES, ela vem conquistando espaços, porém não tem conseguido efetivo sucesso quanto a sua presença no âmbito da sala de aula. Na prática, a ES mudou pouca coisa até a década de 60, pois antes desta época, a igreja Católica tinha total domínio sobre o sistema educacional brasileiro, e excluía temas relativos à ES. Na LDB 4024/61, a Igreja aparece intervindo de vários modos, no sistema educacional público brasileiro, inclusive sendo contrária à implementação da ES, fazendo com que as pessoas a reconhecessem como apenas uma bibliografia médica (LIMA JUNIOR, 2008, p.24).

Mesmo com vários empecilhos impostos pela sociedade e pela Igreja, a partir da década de 1960 houve uma organização para implementação da ES nas instituições públicas e privadas de ensino. Com isso, escolas brasileiras tiveram em seu currículo a ES e, segundo Barroso e Brushini (1982, p. 20), foi aproximadamente em 1963, em um colégio mineiro, no 4º ano ginasial, que novamente se ofertou ES, mas, devido ao impedimento dos pais essas aulas tiveram pouca duração, apenas três anos. Essa interdição foi acordada por influência da moral cristã, pois buscavam ocultar conteúdos sobre sexualidade para os filhos, conforme cita Lima Junior (2008, p.25). Apesar do golpe de 1964, notamos que foi a partir dessa década que a ES começou a ter momentos favoráveis para que houvesse a sua efetivação no campo educacional.

Nessa época, houve muitas mudanças em instituições brasileiras, inclusive de combate à liberdade democrática, mas também foi um período relevante quanto a implementação da ES. Escolas como Alcântara, no Rio de Janeiro, e os colégios Dom Henrique, Orlando Rouças e André Maurois, passaram a ministrar aulas de ES (LIMA JUNIOR, 2008, P.25). Infelizmente não durou muito tempo, pois como nos relatam Barroso e Brushini (1982, p. 20) “Criou-se um clima de grande liberdade na escola ao qual, porém, seguiu-se uma crise qual acabou resultando na exoneração da diretora,

suspensão de professores e na expulsão dos alunos”.

Apesar de todas as dificuldades de implementação da ES nas instituições escolares, algumas conseguiram planejar e executar os projetos sobre os conteúdos relacionados à sexualidade. Primeiramente, a experiência dos projetos iniciou-se em escolas públicas. Em São Paulo, uma delas foi o “Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo, vinculado ao Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP)” (LIMA JUNIOR, 2008).

Na década de 70, também houve movimentos marcantes referentes à ES. Uma importante ação refere-se ao o projeto de lei da deputada Federal Julia Steinbruch, que buscava tornar obrigatório a ES em escolas primárias e secundárias. O projeto foi encaminhado para a Comissão Nacional de Moral e Civismo do MEC, porém não foi aprovado, conforme destaca Arruda, *et al*(2011). Dessa forma, podemos perceber que na década de 70 ainda se buscava manter em segredo os assuntos sobre a sexualidade. Alguns grupos profissionais ainda justificam a reprovação do projeto, relatando o seguinte motivo,

A justificativa foi de que a proposta poderia contaminar a adolescência. O General Moacir Araújo Lopes, um dos analistas do projeto de Lei, afirmou, na época, que não se abre à força um botão de rosa, sobretudo com as mãos sujas, referindo-se à virgindade das moças (ARRUDA, *et al*, 2011, p. 08).

Para que a ES fosse instaurada com propriedade no currículo escolar, ocorreram vários movimentos favorecendo e justificando a importância da efetivação dela nas instituições escolares. No entanto, foram muitas as resistências aos livros e aulas implantadas nas escolas. Os pais não aceitavam e buscavam suspender as aulas, como por exemplo, um caso que ocorreu 1973, em São Paulo, quando um livro infantil “O caneco de prata”, foi utilizado em uma sala de aula da 6ª série de um colégio particular, o pai de uma aluna não concordou que a aula consistisse nele. Com receio de instigar a curiosidade dos alunos, a escola apenas reduziu o uso do livro. (ROSEMBERG, 1985, p.14)

É relevante ressaltar, ainda, que esses acontecimentos ocorridos no Brasil nos levam a refletir sobre o percurso da implementação da ES no currículo escolar, pois apesar de toda a dificuldade, ainda existiram movimentos de profissionais em busca do reconhecimento da importância de se desenvolver essa prática, principalmente no

campo educacional, como diz Sayão (1997, p. 112): “A escola também se constitui num importante agente nesse campo”. Com isso, podemos notar que, ainda na década de 70, a sexualidade era vista como um conteúdo que deve ser discutido com muita cautela, para que não prejudicasse a “moral” da sociedade. Foi a partir daí que os programas sobre a ES começaram a se proliferar e se tornarem interessantes para alguns jovens e profissionais da educação.

Na década de 90, a ES passa a ter maior importância e a ser trabalhada com maior frequência nas escolas, sendo ensinada a partir disciplina OS. A implantação da disciplina foi realizada após se perceber os altos números de pessoas contaminadas com o vírus da AIDS e outras DST's, além disso, visava prevenir a gravidez na adolescência. Assim, voltamos à velha questão de que a ES tem com o intuito de proporcionar conhecimentos para que a população siga saudável para trabalhar e dar lucros ao Estado e aos burgueses, ao mesmo tempo em que tenta manter sobre controle o da natalidade.

Infelizmente, ainda hoje encontramos diversas barreiras ao trabalhar com a ES. São tabus e preconceitos que se mantiveram ao longo do tempo. Ainda existem pessoas em diversas áreas que acreditam que, ao se trabalhar com as temáticas que envolvem a sexualidade, irá favorecer e incentivar o afloramento desse comportamento nas crianças ou que estas se tornarão pervertidas. Mas sabemos que na teoria o que irá ocorrer quando esta ES for aceita por todos é um maior conhecimento acerca dos comportamentos sexuais.

A ES, conceituada como conjunto de experiências pessoais, revela-se importante em cada etapa da vida do ser humano, precisando ser respeitada, assim como o seu desenvolvimento sexual, respeitando-se o indivíduo como um ser livre, diante de suas próprias escolhas. Uma das formas de controle dos comportamentos sexuais se manifesta no currículo a ser implantado, como relata Lima Junior (2008), ao apontar que se está longe de privilegiar a liberdade individual, pois o Estado utiliza de determinados meios, como por exemplo, o currículo da ES, para que se proíbam os comportamentos sexuais libertários. As instituições escolares preparam assim seus alunos para assumirem um só perfil, ou seja, educar o aluno para que seja comportado e instruído; um ser humano que pode ser transformado no que rege as normas, principalmente, as sexuais.

3.2 Educação sexual e o currículo escolar

Como vimos anteriormente, a ES ocorre desde o nascimento e se desenvolve de acordo com cada indivíduo e a realidade na qual está inserido. Ela passou por grandes obstáculos para ser aceita pelas instituições escolares, pelos professores e pelas famílias, já que alguns pais e professores consideravam a ES uma prática estimuladora ao ato sexual de forma banalizada.

Essas posições conservadoras ainda estão presentes atualmente nas posturas de alguns pais e também profissionais da área educacional, que não conhecem o tema ou seguem alguma moral religiosa. Ainda assim, podemos observar que, atualmente, os movimentos pela diversidade sexual avançaram muito, no sentido de defender e dar espaço para o indivíduo ser livre ao expressar sua sexualidade, bem como de defender a abordagem do tema pelo sistema escolar.

A ES não é algo novo no currículo escolar, o que é novo são os conteúdos trabalhados, pois com o passar dos anos viu-se a necessidade de se falar não só sobre o desenvolvimento biológico, ou da prevenção das DST's e da AIDS. Na atualidade, questões referentes ao respeito à homossexualidade e às questões levantadas pelos movimentos LGBTs e de mulheres são aspectos importantes a serem incluídos nos conteúdos da ES. Nesse sentido, a ES vem ganhando espaço junto à quebra de preconceitos, sendo pauta de questões referentes aos direitos humanos.

No livro *História da sexualidade*, Foucault nos relata um episódio em que alunos de uma escola tiveram aulas sobre sexualidade, responderam perguntas sobre o tema na frente de seus familiares e autoridades educacionais, durante uma festa promovida pela escola, onde os alunos discursaram sobre a temática sem receios, sem brincadeiras, enquanto os adultos tiveram que ser repreendidos, pois não estavam se comportado adequadamente. Segundo Foucault,

A grande festa organizada no Philanthropinum, no mês de maio de 1776, pode servir de exemplo. Aí ocorreu a primeira comunhão solene do sexo adolescente com o discurso racional, sob a forma mesclada de exame, de jogos florais, de distribuição de prêmios e de conselho disciplinar. Para mostrar o sucesso da ES ministrada aos alunos, Basedow convidara o que a Alemanha possuía de eminente (Goethe fora um dos poucos a declinar do convite). Diante do público reunido, um dos professores, Wolke, formulou aos alunos questões selecionadas sobre o mistério do sexo, do nascimento, da procriação:

levou-os a comentar gravuras que representavam uma mulher grávida, um casal, um berço. As respostas foram esclarecidas, sem embaraço nem vergonha. Nenhum riso indecoroso veio perturbá-las — salvo, justamente, da parte, de um público adulto bem mais infantil do que as próprias crianças e ao qual, Wolke repreendeu severamente. (FOUCAULT, 1988, p.31)

Como vimos no relato de Foucault (1988), os adultos tiveram essa posição preconceituosa sobre o sexo e a sexualidade. Desse modo, podemos ressaltar que essa situação é real e geralmente grande. Parte das pessoas que viveu, nasceu e cresceu já no século XX ainda não aceita debater sobre a sexualidade, não acha certo, tem receio ou vergonha de falar sobre a mesma. Deste modo, podemos perceber que discutir sobre o sexo e a sexualidade deveria ser algo natural tal como fizeram os alunos no texto citado por Foucault (1988), pois a sexualidade faz parte do corpo e da vida do ser humano. No entanto, por ter sido um tema tão censurado, algumas pessoas ainda mantêm preconceitos com relação ao assunto, sentem vergonha ao falar ou, quando o fazem, é levando em consideração apenas o aspecto biológico e a reprodução.

Quando vamos discutir sobre a sexualidade, logo percebemos que é um território extremamente complexo, pois esse é um tema marcado por tabus e que passou por grandes disciplinarizações e controles sobre os prazeres sexuais do indivíduo.

É relevante ressaltar que foi na Europa do século XVIII que começou a se ter registros sobre a ES. Nesses registros, encontramos que naquela época assim como ainda hoje existia uma intolerância dos familiares e de alguns profissionais da área educacional em debater sobre a ES. Ainda que esta tivesse se iniciado com uma preocupação acerca das manifestações da sexualidade, mas Yara Sayão descreve em seu texto OS na escola: os territórios possíveis e necessários que,

Em sua origem, a educação sexual se caracteriza pelo aspecto informativo, biologizante e repressivo às manifestações da sexualidade. Em certos períodos teve como objetivo o controle da natalidade, e, mais, recentemente, tem visado associar a ideia do prazer à sexualidade (SAYÃO 1997, p. 111).

Sabemos que debater sobre ES em nossa sociedade é bastante conflituoso, principalmente nas escolas, e isso ocorre desde os séculos passados, principalmente no século XX, quando alguns professores iniciaram a busca para implementar a ES nos currículos escolares. Um dos preconceitos da época parte também

dos profissionais da educação ao acreditar que tratar de assuntos relacionados à sexualidade é apenas responsabilidade dos pais. Assim o “Secretário da Educação do Estado de São Paulo, José Bonifácio Coutinho de Nogueira, no período de 1975 a 1979, foi contrário à oficialização da ES em escolas do Estado, alegando que a matéria era de responsabilidade dos pais”. (LIMA JUNIOR, 2008)

Ainda hoje existe preconceito por parte de alguns educadores e outras pessoas da sociedade, que ainda acreditam que o sexo e a sexualidade ficam mais bem escondidos no silêncio do que em nossas palavras. Mas é relevante destacar que, apesar do receio de debater sobre o sexo e a sexualidade com a juventude, sabemos que esses assuntos estão cada vez mais expostos nas Mídias e nos círculos de amizades, ou seja, no dia a dia. Como afirma Sayão (1997, p. 112).

Há ainda influência de muitas outras fontes: pessoas significativas do círculo extrafamiliar, livros, produção artístico-cultural e ainda, nos dias de hoje, assumindo um grande espaço, a mídia e a escola. A televisão veicula novelas, filmes e propagandas intensamente erotizadas, revistas e jornais, não raras vezes, estampam material fotográfico (em propaganda principalmente) aludindo à sexualidade. Isso gera excitação e incremento na ansiedade relacionada às curiosidades e fantasias sexuais das crianças.

Nesse sentido, a ES avançou em alguns casos, sendo reconhecida por alguns profissionais como tema a ser pensado, discutido e implementado no currículo escolar. Os interesses do estado brasileiro referente à sexualidade a ser tratada por meio do currículo escolar tem se modificado ao longo do século XX. Porém, é notável em nossa sociedade que falar sobre ES e dos prazeres sexuais é ainda muito obscuro.

Contudo, é importante discutir sobre assuntos referentes à sexualidade, pois ela está e sempre esteve no nosso cotidiano, principalmente, no campo escolar. Por isso, precisamos compreendê-la e para isso é necessário que sejamos educadores preparados diante das realidades que estamos enfrentando ou que enfrentaremos no futuro.

Sendo assim, a ES faz parte do cotidiano e se desenvolve em cada experiência vivenciada pelo indivíduo. Porém, apesar de todas as mudanças sofridas ao longo da história, ainda hoje encontramos pessoas que não reconhecem o ser humano como um indivíduo que tem suas próprias características e que merecem ser respeitados. Essas pessoas utilizam a ES para impor um modelo de conduta sexual a ser seguida, o que

poderá acarretar uma padronização real e definitiva do ser humano, Mas é importante sempre lembrar que o indivíduo precisa ser e se sentir livre, que ele consiga ser crítico e reflexivo, ou seja o oposto do que é proposto, pois hoje o que as propostas educativas conduzem o ser humano para uma formação de seres controlados e frustrados.

O território da ES foi marcado por disciplinarizações, pelo controle do sexo e a escola tem sido um meio para que isso aconteça. Mas já houve muitas experiências positivas referentes à ES, contudo essas não foram difundidas. Apesar de não existirem leis que proibissem os trabalhos com ES nas últimas três décadas do século XX, alguns profissionais obedeciam às regras postas pela escola, pelas igrejas e pela comunidade em não trabalharem a temática, assim, por medo de serem repreendidos não abordavam o assunto em sala de aula.

Ainda no século XX, existiram trabalhos sobre ES, antes de oficializar a implementação desta prática nos currículos escolares, os quais não eram divulgados ou estavam ainda sendo produzidos. Neste sentido, nos relata Werebe (1978) que no IV Congresso Brasileiro de Orientação Educacional que ocorreu no ano de 1976, foi realizada um questionário e por meio deste foi possível identificar que naquele época já existiam trabalhos sendo realizados com relação a ES.

Contudo, algumas destas experiências a respeito da ES tinham como propostas para o currículo o desenvolvimento de programas sobre a sexualidade apenas aos púberes, (alunos do 2º grau.) através de estudos relacionados ao biológico. Para os alunos do 1º grau, foi constatado no Rio Grande do Sul, segundo Barroso e Brushini (1982, p.24) que “[...] consta a transmissão de conhecimentos sobre a reprodução e o crescimento dos animais...”. Até aqui podemos perceber que houve alguns avanços da ES nos currículos escolares, porém ainda não sendo reconhecida como importante para a vida do aluno.

Observou-se assim que conteúdos relacionados ao sexo não foram explícitos nos materiais didáticos. Com isso, percebemos novamente o papel do sistema educacional de cercear as escolas no fim do século XX, de controlar conteúdos a respeito da sexualidade orientando questões referentes a ela.

O referencial metodológico que sugerimos para as aulas de ES situa-se no que Sayão (1997, p. 112) descreve como ”similar ao do modelo pedagógico de não-diretividade, ou seja, a problematização das questões trazidas pelos alunos.”

Concebemos que se faz necessário que os profissionais que tenham conhecimento sobre o assunto proporcionem um desenvolvimento significativo aos alunos a respeito da sua sexualidade, sem nunca se esquecer de respeitar as concepções próprias de seus alunos e alunas. Essa é uma forma de tratar da OS².

Isso não quer dizer que a criança entenda o que é a sexualidade ou que ela tenha uma sexualização precoce, mas faz parte do seu desenvolvimento natural de desejos e curiosidades sexual. Portanto, para suprir essas curiosidades, não cabe apenas ao professor administrar tantas situações em sala de aula, que não são fáceis, como conhecer os valores e crenças familiares ou compreender quando alguns desses alunos/alunas são contra os assuntos abordados. Nesse sentido, essa educação é também responsabilidade de outros membros sociais, como cita Lima Junior (2008, p. 39) “O poder não está apenas nas mãos dos professores, pois os pais, o governo, os estudantes, dentre outros, exercem-no para suprir diversificadas demandas”.

Podemos perceber que, durante o percurso que levou a implementação da ES no currículo escolar, houve muitas dificuldades. A vista disso, quando é posto para a escola orientar os alunos a respeito da sexualidade sendo esta ainda de responsabilidade do professor, essas orientações podem ser entendidas mais como imposições. Essa situação nos provoca uma reflexão: Qual é e como deve ser o papel dos pais, dos professores e do Estado na vida do indivíduo? Esses sujeitos agem, em muitos casos, com imposições apontando sempre um referencial a ser seguido, para que não fiquemos fora de padrão. No entanto, esse padrão a ser seguindo é uma forma de disciplinar o indivíduo já que de acordo com Lima Junior (2008, p. 39):

A disciplina derrama-se em todos os espaços e lugares. Ela é flutuante e possui uma positividade. Por um lado, ela instaura processos de assujeitamento, por outro, ela conduz as pessoas a rebeldia e a contravenção da norma. Comumente, na escola, as crianças se voltam contra o instruído.

Dessa forma, são nas instituições escolares em que se encontram diversos indivíduos, aos quais tem desejos, curiosidades e formas de viver diferente, ou seja, há uma diversidade de valores e crenças a respeito da sexualidade, que algumas

² Objetivado esclarecer os conceitos de ES e OS ressaltamos com base em Lima Junior (2009, p.176), imbuído do pensamento de Werebe (1998, p.155) que a “[...] ES é designada comumente de praticas educativas intencional em matéria de sexualidade destacando-se o conceito “educação sexual” da “orientação sexual”. Haja vista que não se presta a ambiguidades, à compreensão, em termos da orientação que se imprime à sexualidade e que pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual”.

vezes vão com o tempo sendo esquecidos para dar lugar ao que é imposto pela escola, pela sociedade e pelo Estado como sendo normal. Mas nem tudo é esquecido ou deixando de lado, pois, mesmo que não seja perceptível, tudo que é realizado tem alguma característica, algum indício da sexualidade que carregamos desde o nosso nascimento. Sayão (1997, p.112) nos diz que “As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade”.

Contudo, é relevante ressaltar que a ES não existe para ensinar as alunas e alunos a serem pervertidos sexualmente, ela existe para que estes possam aprender a se cuidar, a cuidar do outro, a se respeitar e respeitar o outro. Através dela, a sociedade pode ser modificada no sentido de aceitar as diversidades sexuais existentes, pois, ao se estudar, ocorre o esclarecimento. Desse modo,

A educação sexual como um processo social no âmbito escolar, poderá ser considerada como um processo de transformação e mudança, que parte de um projeto coletivo e atinge os indivíduos cada qual com sua busca particular do (s) sentido (s) da sexualidade (LORENCINI JÚNIOR, 1997, p.95).

Os assuntos abordados nas aulas de ES devem sempre estar relacionados com o interesse das alunas, pois esses devem ser trabalhados levando em consideração o envolvimento dos alunos, o que está acontecendo no seu círculo de amizades, na sua sala, na sua comunidade. Assim,

Os eventuais temas referentes à sexualidade que podem ser abordados durante as aulas devem eventualmente surgir a partir do interesse e do cotidiano dos alunos. Esses temas geralmente variam conforme a faixa etária, o grau de escolarização e o nível socioeconômico do grupo. É de esperar que qualquer assunto que venha a ser abordado, por exemplo, a gravidez na adolescência, possa proporcionar desdobramentos outros grandes interesse e motivação pra discutir, entre outras coisas, temas como: puberdade, virgindade, ciclo menstrual, métodos contraceptivos, desejo, prazer, amor, sedução, casamento, homossexualidade “produção independente” abuso e violência sexuais, aborto, DST (doença sexualmente transmissíveis) AIDS, uso de drogas injetáveis, prostituição (LORENCINI JÚNIOR, 1997, p.94).

Até a década de 60, os temas referentes à ES eram reprovados nas escolas, pois os conteúdos referentes à sexualidade só eram aprovados na escola após serem avaliadas pelas autoridades católicas (LIMA JUNIOR, 2008, p.29). A partir disto podemos notar o poder que a igreja católica tinha sobre a sociedade, controlando e

aprovando o que pode ser ensinado, fazendo assim com que os dogmas religiosos sejam superiores a qualquer forma e conteúdo de ensino.

Destacamos outro momento marcante sobre a ES, a partir de uma pesquisa ocorrida em São Paulo pela Fundação Carlos Chagas para os jovens entre 15 e 17 anos, onde se avaliou valores relativos à sexualidade. Conforme relatado:

Orientadores educacionais foram capacitados para coordenação de 12 grupos de jovens de diferentes escolas e classes sociais, no município de São Paulo. Nesta pesquisa, que era também um programa de educação sexual, o objetivo era propiciar a livre discussão de normas, padrões de comportamento e atitudes relativos à sexualidade. Promovia, nos debates com os jovens, a distinção entre princípios (igualdade entre homens e mulheres, respeito mútuo, liberdade e integridade pessoal) e valores controvertidos (ligados ao uso de anticoncepcionais, aborto, virgindade etc.), propondo a sexualidade como aspecto natural e positivo à vida humana. Como resultado desse trabalho, foram publicados dois livros que se tornaram referência para a maioria dos trabalhos posteriores na área (SAYÃO, 1997, p.110).

A vista disso, no final da década de 70 e início da década de 80, os trabalhos referentes à sexualidade começaram a evoluir, contribuindo assim para a intensificação da implementação da ES no currículo escolar. Vale ressaltar que os movimentos sobre a sexualidade colaboraram para que esse tema fosse difundido, mas que o controle da sexualidade e do sexo ainda é observado sendo interdito por alguns profissionais do âmbito escolar e pais.

No início da década de 1980, foram vários os eventos que colaboraram para a inclusão da ES nas escolas. Assim, por exemplo, as mídias passaram a apresentar algumas das temáticas da sexualidade em seus conteúdos, fazendo com que as pessoas comesçassem a falar, a questionar e a respeitar as diversas opiniões sobre a sexualidade. Sobre isto Sayão (1997, p 110) nos relata que

Serviços telefônicos, programas de rádio, o programa de Marta Suplicy na televisão (que gerou grandes polêmicas), e também enciclopédias e fascículos vendidos em bancas de jornal, todos destinados a responder questões sobre sexo.

Na última década do século XX, o número de pessoas infectadas com a AIDS passou a ser motivo de preocupação em todo o mundo. Essa doença na época era uma nova enfermidade relacionada ao ato sexual, que foi associada à homossexualidade, gerando preconceitos. Os primeiros relatos sobre a AIDS

aconteceram nos Estados Unidos e na África. A partir desta nova epidemia, a ES passou a ser apontada como uma forma de prevenção para essa doença.

A ES torna-se interessante ao Estado brasileiro por alguns motivos, dentre eles, Lima Júnior (2009, p.177) aponta principalmente os “tempos da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS ou SIDA)” como também o de preservar as posturas moralistas. A vista disso, esses interesses partem não só do Estado, mas também dos profissionais e dos pais por terem dificuldade de compreender situações referentes à sexualidade.

Após a segunda metade da década de 90, o Governo brasileiro elaborou a LDB 9394 e com ela surgiram novas propostas de conteúdo, que foram organizados nos PCN's. O governo distribuiu os PCN's para os profissionais da educação, no fim do século XX. Esse documento (BRASIL, 1997, v.1, p.9-62 *apud* LIMA JÚNIOR 2006, p.60) relata que: “Eles se apresentam como diretrizes ou referenciais, voltados para a modificação ou solução de questões que, na sua ótica, são preocupantes, como o sexo”. A ES era colocada como forma de ensinar os jovens a se prevenirem contra as DST's, contra a AIDS e a conhecer o corpo e suas modificações, predominando assim uma concepção higienista trazida do setor de saúde.

A partir deste documento, a ES passou a ser mais aceita e ter mais liberdade para ser trabalhada no âmbito escolar, pois os PCN's introduziram uma discussão diferente através da transversalidade. Então, a ES passa a ser vista como um tema que deveria ser trabalhado em todas as disciplinas, pois assim seria mais assimilado pelo estudante.

Portanto, consideramos que a ES passou por grandes dificuldades e preconceitos para ser discutida na sociedade brasileira, como também para ser inserida e aceita no currículo escolar. Foram necessários movimentos e enfermidades para que o Estado brasileiro viesse a reconhecer a ES como algo que deve ser discutido no ambiente escolar. Mas, ainda assim, o currículo escolar é o meio pelo qual Estado conserva as posturas moralistas.

No próximo item, trabalhar-se-á detalhadamente este documento que foi implementado para uma educação voltada para sexualidade, mesmo que este não contemple todos os conteúdos que devem ser abordados ao falarmos sobre sexo e sexualidade.

4 A SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Realizar-se-á um mapeamento da sexualidade nos PCN's do Ensino Fundamental I. Na primeira parte, realizar-se-á uma descrição do que são e de como foram formulados. Na segunda parte, especificar-se-á como a sexualidade pode ser trabalhada na sala de aula.

4.1 Breve descrição

Os PCN's consistem em uma espécie de referencial, que servem para orientar a aplicação de temas e conteúdo a serem abordados na Educação Básica ³e tem como função garantir que o sistema educacional esteja seguindo um rumo certo para que seja possível se ter um ensino de qualidade, conforme os programas neoliberais, postos na política educacional desde meados da década de 90. Nesse sentido, temos:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997, v.1, pág. 13).

Cada uma das etapas da Educação Básica tem seu próprio referencial. No Ensino Infantil, são chamados de RCNEI; no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) são os PCN's; e no Ensino Médio de PCNEM. Focaremos nosso trabalho nos referenciais do Ensino Fundamental I.

Os PCN's surgiram para que fosse possível fazer modificações nas práticas educativas que existiam nas escolas após a promulgação da LDB 9394 em 1996. Isso se fazia necessário para que o ensino pudesse ser atualizado, já que, até à elaboração dos

³ A educação básica é o primeiro nível do ensino escolar no Brasil. Compreende três etapas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

parâmetros, as diretrizes curriculares eram guiadas pela Lei federal nº 5.692 de 1971. Dessa forma,

Os PCN's aparecem no cenário como o projeto capaz de reordenar as práticas educativas e escolares, justificando que o Ensino Fundamental, até dezembro de 1996, estruturava-se e tinha como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB-, Lei federal nº. 5692, de 11 de agosto de 1971. (Lima Júnior, 2006, pág.63)

Até o mês de dezembro de 1996, a educação brasileira era estruturada a partir da Lei Federal nº 5.692/71, a qual fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º (Ensino Fundamental) e 2º (Ensino Médio) graus, com objetivo proporcionar uma educação que desenvolvesse as capacidades e habilidades necessárias para uma boa convivência social, um bom desempenho profissional e a formação de cidadãos e cidadãs “conscientes”. Esta consciência aqui proposta era a obediência às leis e ao que era definido pelo Estado ditatorial como certo, ou seja, o “respeito” ao governo que, por vezes, era encoberto pelo medo de ser uma das vítimas da ditadura militar. A referida lei também coloca que o currículo deve ter aspectos comuns em todo território, ao mesmo tempo em que deve ser diversificado para que seja possível atender às características e necessidades de cada região brasileira, bem como de cada estudante. Conforme consta nos artigos abaixo:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL. Lei nº 5692, 1971, art.1).

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos (BRASIL. Lei nº 5.692, 1971, art.4).

Após a abertura política, os movimentos sociais ligados à educação se mobilizaram para alterar o sistema educacional e as práticas educativas determinadas pela ditadura. Uma das ações desse movimento se concretizou no Plano Decenal de Educação para Todos (1993- 2003). Este afirmou a necessidade que havia do Estado organizar e apresentar regras/normas que pudessem ser usados como guias, pelos profissionais da área de educação, com o intuito de tornar o ensino mais “eficaz” e com

uma melhor qualidade, para assim formar um povo consciente. Nesse caso, um povo que lute a procura de conquistar seus direitos, que busque melhores condições de vida, que grite pela concretização de seus direitos. Essa iniciativa se deu logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 no período de democratização da sociedade brasileira, buscando reordenar a política educacional para uma democracia. Assim,

O Plano Decenal de Educação, em consonância com o que estabelece a Constituição de 1988, afirma a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras (BRASIL, 1997, v.1, pág. 15).

A LDB de dezembro de 1996 coloca que a educação deve formar o cidadão, levando em consideração as comunidades em que o estudante está inserido, para que desta forma o que se é aprendido possa ser levando para vida social e profissional de cada estudante, conforme se verifica em:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL. Lei nº 9.394, 1996, art.1).

A LDB veio para reforçar a necessidade de se fornecer uma formação básica comum de qualidade, segundo o modelo neoliberal. Para tanto, percebeu-se que era necessária a elaboração de diretrizes que dessem uma direção aos currículos, que fossem capazes de dar uma ideia, uma noção dos conteúdos mínimos necessários a serem trabalhados na educação básica brasileira, conteúdos estes que deveriam não apenas ensinar a ler, escrever ou contar, mas também conduzir os alunos a serem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Sendo assim,

Essa LDB reforça a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a

União. Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da base nacional comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da constituição Federal (BRASIL, 1997, v.1, pág. 15-16) .

A construção dos PCN's foi realizada inicialmente através de estudos realizados nas propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros e de análises realizadas pela Fundação Carlos Chagas nos currículos oficiais.

Também foram analisadas informações do Plano Decenal de Educação, pesquisas nacionais e internacionais, dados sobre o desempenho dos alunos do ensino fundamental e experiências de sala de aula que haviam sido colocadas em encontros, seminários e publicações.

Após essa construção, foram realizadas discussões com o intuito de fazer uma reformulação da matriz curricular, que aconteceram em âmbito nacional entre os anos de 1995-1996 e tinham como participantes professores e professoras do Ensino Fundamental, técnicos de secretarias municipais e estaduais de educação, representantes de sindicatos e entidades ligadas ao magistério, ou seja, foram construídos por pessoas que estavam envolvidas na área educacional, que conheciam os problemas e dificuldades que existiam e que queriam modificar a maneira como o currículo era apresentado, para que fosse possível melhorar o ensino brasileiro. Desse modo,

É a partir da prática de diferentes profissionais e pessoas que os PCNs são implementados. Lá se encontram várias formas de resistências, como com o surgimento dos Parâmetros em Ação- PAs-, que, apesar de terem sido criados pelo Estado, só surgiram por força das reivindicações dos professores. Estes não aceitaram a postura do Governo, do Estado e do Ministério da Educação e do Desporto- MEC-, com a criação dos PCNs. Os referidos parâmetros, de certa forma, trazem consigo as reivindicações presentes aos espaços da prática dos professores (Lima Júnior, 2006, p. 62-63).

A partir do que é dito por Lima Júnior (2006), podemos perceber que os PCN's levaram em consideração os problemas e dificuldades expostos pelos professores, porém, mesmo tendo sido elaborado com a ajuda de diversos profissionais, os PCN's não foram bem aceitos ao serem distribuídos as professoras e professores. Isso ocorreu em parte por não se saber o que de fato eram e para que serviam esses parâmetros. Por essa razão, o Ministério da Educação desenvolveu em 1998 o programa Parâmetros em

Ação – PAS, com o objetivo de fornecer uma formação continuada, com o intuito de facilitar a leitura, a análise, a discussão e a implementação dos Parâmetros e dos Referenciais Curriculares Nacionais. Nesse sentido, o MEC apoiou os sistemas de ensino, orientando-os na formulação e no desenvolvimento de projetos educativos e de formação de profissionais da área educacional, que teve como objetivo potencializar e incentivar o uso desses materiais distribuídos.

Na teoria, os PCN's deveriam auxiliar a escola, os educadores e educadoras a organizarem os conteúdos que seriam ministrados nos componentes curriculares, de modo que estes fossem os mais similares possíveis nas escolas, sejam elas particulares ou públicas, de todas as regiões do Brasil. Assim, buscava-se fomentar um ensino cuja a aprendizagem pudesse de certa forma ser igualitária. Nesse sentido, consta nesse documento que:

O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes (BRASIL, 1997, v.1, pág. 13).

Porém, na prática, esse auxílio pedagógico não acontece, e quando ocorre não levam em consideração as individualidades de cada comunidade/região, pois, apesar de dizer que é importante e necessário levar em consideração as características de cada lugar, o que importa de verdade é chegar ao final do ano com os conteúdos ministrados. O que interessa é a quantidade de alunos que serão aprovados, e não a significância do ensino para os alunos. No fundo, os PCN's não passam de um roteiro que deve ser seguido para que a escola ofereça determinados conteúdos e estes sejam aplicados/ensinados segundo a vontade dos que governam. Assim, eles podem ser considerados meros instrumentos utilizados para conseguir implantar uma nova forma de ensino. Sobre isso, salienta-se que,

Os PCNs se constituem um padrão fixo, invariável, e sem possibilidades de emergência do inusitado. O objetivo primordial é o de disciplinar e controlar comportamentos que se plasmam na interface da Educação e da escola. Parâmetro extrapola a noção de

esquisito e dúbio e refere-se a perigo, risco, catástrofe, uma espécie de bomba que assola a sociedade. É travestido de guia, modelo flexível, para servir de coadjuvante na reordenação das práticas pedagógicas. Ele é coadjuvante porque representa o Estado (Lima Júnior, 2006, p. 59).

Os PCN's foram elaborados com o intuito de homogeneizar a qualidade do ensino, ao mesmo tempo em que apresenta maneiras e métodos de ensinar os conteúdos didáticos de forma individual e flexível. Individual no sentido de que levariam em consideração as características de cada região, localidade; e flexível por ter a possibilidades de abranger os conteúdos de diversas formas para que a aluna e o aluno consigam de fato apreender o que está sendo ensinado. Sendo assim,

A partir de uma perspectiva dúbia, os PCN's acreditam que podem representar uma proposta flexível em âmbito regional e local, para subsidiar os programas e currículos educacionais, visando à sua transformação. Eles têm, *a priori*, como coadjuvantes do processo as instâncias governamentais e, *a posteriori*, como personagens principais, os professores, os assessores de educação e demais profissionais encarregados de sua operacionalização. Isto representa a recolocação das posturas universais constantes no teor dos supracitados objetivos do Ensino Fundamental. Esta assertiva esclarece a intenção política do texto: a construção de um currículo verticalizado, com caracteres universais e imposto à prática pedagógica (Lima Júnior 2006, pág.71).

Durante a formulação dos PCN's, percebeu-se que, além de novas formas e métodos, também era necessário realizar formações continuadas para ajudar os educadores a adotarem tal proposta de ensino na educação brasileira, para que o ensino, que, até então, era ministrado, fosse modificado e teoricamente melhorado. Nessa perspectiva, temos que

No processo de reformulação, observou-se que a realidade da Educação brasileira é, ainda, insatisfatória, tendo em vista que se faz necessário um trabalho longo para a obtenção da equidade. O Brasil, comparado a outros países, em termos de desenvolvimento, encontra-se em desvantagem na área da Educação. Isto revela, por um lado, a ocorrência de índices de evasão e repetência e, por outro lado, indícios de superação do atraso educacional, tendo uma queda da taxa de analfabetismo (BRASIL, 1997, v.1, p.23).

PCN's do Ensino Fundamental I são compostos ao todo por dez livros. Existe um livro para cada um dos conteúdos do Ensino Fundamental, em que se abordam os conhecimentos e sugestões metodológicas. Eles são assim organizados:

- um documento Introdução, que justifica e fundamenta as opções feitas para a elaboração dos documentos de áreas e Temas Transversais;
- seis documentos referentes às áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física;
- três volumes com seis documentos referentes aos Temas Transversais: o primeiro volume traz o documento de apresentação destes Temas, que explica e justifica a proposta de integrar questões sociais como Temas Transversais e o documento Ética; no segundo, encontram-se os documentos de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, e no terceiro, os de Meio Ambiente e Saúde (BRASIL, 1997, v.1, pág. 09).

O primeiro volume é intitulado Introdução, que apresenta para o leitor os PCN's como se dá o seu processo de elaboração, as razões de sua formulação, os seus princípios e fundamentos, uma explicação sobre sua organização e sobre os ciclos de escolaridade. Possui tabelas e gráficos com dados sobre a educação brasileira: quantidade de escolas e de alunos, nível de escolaridade, de aprovação, reprovação e evasão, desempenho dos alunos e formação dos docentes.

Os dados, em sua maioria, são do final da década de 1980 e início da década de 1990 e ajudam a perceber um pouco mais o porquê de esses documentos terem sido escritos.

Do volume dois até o sétimo, é apresentado como trabalhar as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia (as duas em um único livro), Arte e Educação Física; o oitavo volume fala sobre os Temas Transversais; o nono, sobre Meio Ambiente e Saúde; e o décimo, sobre Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Todos os volumes trazem em suas primeiras páginas os objetivos da educação básica, em especial do Ensino Fundamental. No decorrer do livro, apresenta-se o objetivo individual de cada área e de cada ciclo. Eles trazem uma caracterização da área/disciplina ao qual correspondem, tratam da importância do estudo de cada uma destas áreas, para formação do indivíduo e da sociedade. Além disso, apontam conteúdos para serem estudados e os critérios de avaliação para cada área, como também para cada ciclo e por fim apresentam algumas orientações didáticas que podem ser utilizadas pelo professor em sala de aula, para estimular o aluno a querer aprender e

tornar a aprendizagem menos cansativa e significativa. O que por sua vez, para a proposta, “tornará o aluno um cidadão mais consciente sobre o mundo que o cerca”.

No oitavo volume, são expostos objetivos específicos que deverão ser alcançados ao trabalhar os temas transversais. Além do que já foi dito, os três últimos volumes (8º, 9º e 10º) também contêm uma justificativa e a importância de se estudar os temas. Acreditamos que isso ocorreu para que a escola e os professores abordem tais temas, já que, por trás deles, existem certos tabus, que os cercam e dificultam o ensino dos mesmos.

Os PCN's são organizados em ciclos. Cada ciclo tem dois anos de duração. O ensino fundamental possui quatro ciclos. O primeiro e o segundo ciclo correspondem ao ensino fundamental I, ao passo que o terceiro e o quarto correspondem ao ensino fundamental II. O primeiro ciclo composto pela 1ª e 2ª series, o segundo ciclo pela 3ª e 4ª series, o terceiro ciclo pela 5ª e 6ª series e o quarto ciclo, pelas séries finais do ensino fundamental, 7ª e 8ª séries. O próprio documento nos diz que:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais estão organizados em ciclos de dois anos, mais pela limitação conjuntural em que estão inseridos do que por justificativas pedagógicas. Da forma como estão aqui organizados, os ciclos não trazem incompatibilidade com a atual estrutura do ensino fundamental. Assim, o primeiro ciclo se refere às primeiras e segunda séries; o segundo ciclo, à terceira e à quarta séries; e assim subsequentemente para as outras quatro séries (BRASIL,1997, v.1 pág. 62).

Acreditava-se que, ao usar a estrutura de ciclos, os objetivos propostos para o Ensino Fundamental fossem ser diminuída e que a aprendizagem dos educandos pudesse ser construída ao longo do tempo, de forma a permitir a utilização de recursos e estratégias para que a aprendizagem do educando fosse significativa. Todavia, isso elimina a reprovação, algo apontado inclusive nesse documento como uma desvantagem da educação brasileira, conforme analisam os organismos internacionais, como Banco Mundial, agentes condutores da política educacional aos moldes neoliberais, em nível global.

Nesse sentido, a adoção dos ciclos como modelo do sistema educacional brasileiro, traz também ajustes às cobranças feitas por essas instituições. No entanto, a justificativa apontada para a adoção do ciclo presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais foi de que

[...] adotam a proposta de estruturação por ciclos, pelo reconhecimento de que tal proposta permite compensar a pressão do tempo que é inerente à instituição escolar, tornando possível distribuir os conteúdos de forma mais adequada à natureza do processo de aprendizagem. Além disso, favorece uma apresentação menos parcelada do conhecimento e possibilita as aproximações sucessivas necessárias para que os alunos se apropriem dos complexos saberes que se intenciona transmitir (BRASIL, 1997, v.1, pág.59).

Os PCN's apresentam ideias de como trabalhar as questões sociais e políticas do nosso país. Trazem a importância de se trabalhar não só as características gerais do Brasil, mas também a vida cotidiana do povo brasileiro e as peculiaridades de cada cidade e região que compõem o país.

Mas os PCN's não são apenas rosas, eles também têm pontos negativos, por exemplo, a maneira como os conteúdos são colocados podem indicar uma forma de controle do Estado sobre o que deve ser ensinado, quando e como. Desse modo, tira-se um pouco da autonomia da escola e dos professores sobre as escolhas que caberiam a eles, já que, apenas através do contato direto com os educandos, pode-se identificar o que está faltando para atingir uma educação significativa para os alunos. Nesse sentido, temos que

Os PCN's são um parâmetro nacional de controle. Eles materializam o discurso da disciplina e do controle nas práticas educativas escolares. Recordam questões sociais urgentes para uma educação formal, territorializada. Uma das principais metas é a questão (inter) disciplinar. Eles demarcam os espaços da disciplina, mas já instituem o projeto de controle na educação, com a inserção das novas tecnologias. Pois, são concebidos num território, pois instituem norma, padrões que, a rigor, devem ser seguidos pelos diferentes profissionais (Lima Júnior, 2009, pág.185).

Os PCN's foram publicados em 1997 e distribuídos para os professores e professoras que estavam em sala de aula na época. Atualmente é possível ter acesso a eles em sua forma física (livros) e digital no site do MEC.

4.2 Trajetos no ensino fundamental I

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental falam e apresentam formas e maneiras de se trabalhar através da OS, a sexualidade e as questões

de equidade de gênero. Os PCN's trazem a ideia de se trabalhar através da transversalidade, ou seja, trabalhar os conteúdos em todas as áreas de conhecimento de forma interligada, pois desta forma o aprendizado será real e significativo, já que

A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores (BRASIL, 1997, v.1 pág.64).

Na área de Língua Portuguesa, por exemplo, a sexualidade pode ser trabalhada através da leitura de textos em livros e revistas, de pesquisas e da escrita de textos sobre o tema. Textos estes que podem ser apresentados à comunidade escolar, mostrando os conhecimentos que estão sendo adquiridos. O que possivelmente facilita a aceitação das aulas sobre sexualidade por pais e pela comunidade no geral. Desse modo,

Os conteúdo dos temas transversais, assim como as práticas pedagógicas organizadas em função da sua aprendizagem, podem contextualizar significativamente a aprendizagem da língua, fazendo com que o trabalho dos alunos reverta em produções de interesse do convívio escolar e da comunidade (BRASIL, 1997, v.2, pág.46).

Através da matemática, os educandos poderão aprender sobre a equidade de gênero, as oportunidades que todas as pessoas têm direito e que por vezes como consequência do preconceito e da discriminação são negados, o que aumenta o número de pessoas que são excluídas e que vivem marginalizados pela sociedade. Sendo assim,

Ao ensino de Matemática cabe fornecer os mesmos instrumentos de aprendizagem e de desenvolvimento de aptidões a todos, valorizando a igualdade de oportunidades sociais para homens e mulheres (BRASIL, 1997, v.3, pág.33).

Dessa forma o educador poderá ensinar seus alunos a entenderem e perceberem que somos todos iguais, que todos e todas temos aptidões a serem desenvolvidas, que nossas habilidades e capacidades vão além de sermos meninas ou meninos, que podemos ser melhores, basta nos esforçarmos. Assim,

A escola com instituição formadora de cidadãos não deve referendar preconceitos, no que diz respeito às capacidades de aprendizagem para os sexos, pois esse preconceito é sutil, e raramente o educador procede à discriminação conscientemente. Os professores devem refletir, constantemente, acerca do gênero (Lima Júnior, 2006, p.99).

O volume três trata das ciências naturais, trabalha a sexualidade através do conhecimento do corpo, das mudanças que ocorrem ao longo do tempo e das diferenças biológicas que existem entre meninas e meninos, pois ao conhecer seu corpo o educando poderá compreender esse processo biológico de crescimento, e não se sentir estranho com as mudanças que ocorrem com o nosso corpo enquanto crescemos. Nesse sentido, esse PCN comenta que

A observação do próprio corpo (como é, como era, quais mudanças estão ocorrendo) e a comparação desses dados com padrões de desenvolvimento — que podem ser obtidos dos agentes de saúde — permitem aos alunos situarem seu momento de desenvolvimento e considerarem variações individuais ligadas à hereditariedade e ao histórico pessoal (BRASIL, 1997, v.4, pág. 98).

Ao trabalhar o desenvolvimento do corpo, o educador deve se preparar para possíveis dúvidas, perguntas e brincadeiras que possam surgir durante a apresentação do tema. Preparado para aceitar as dúvidas sem julgar o educando que a colocou em discussão, assim como para responder às perguntas da melhor maneira possível, o educador precisa também não se esquecer de levar em conta a faixa etária da sala e utilizar termos e expressões que a turma possa entender. Desse modo, o PCN's de Ciências destacam:

As questões sobre sexualidade, que muito provavelmente surgirão, merecem ser trabalhadas. Assuntos como a construção da identidade sexual, o prazer, a masturbação e demais aspectos são abordados levando-se em conta os componentes biológicos e culturais. É importante que o professor esteja atento e explicita os aspectos culturais envolvidos, buscando evitar preconceitos e responder dúvidas, valorizando os vínculos entre afeto, responsabilidade, sexualidade e auto-estima. É também da maior importância que o grau de maturidade psíquica e biológica da classe seja parâmetro no aprofundamento das respostas ou investigações acerca desses assuntos (BRASIL, 1997, v.4, pág. 99).

Ao estudar História, podemos trabalhar as mudanças que aconteceram ao longo do tempo, com relação à forma como as mulheres eram tratadas, as conquistas que elas conseguiram, as mudanças que aconteceram no âmbito familiar e social e as formas que a sexualidade e o seu estudo evoluíram com o passar dos anos. Sobre isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História nos dizem que os educandos devem discutir

As imagens e os valores em relação ao corpo, relacionados à história da sexualidade, dos tabus coletivos, da organização das famílias, da educação sexual e da distribuição de papéis entre os gêneros nas diferentes sociedades historicamente constituídas (BRASIL, 1997, v.5, pág. 45).

No ensino de Arte, o educador poderá aproveitar as aulas de teatro, dança, música, pintura e etc., para observar seus alunos e assim conhecê-los um pouco mais, tentar identificar a personalidade, os seus sonhos, seus modos de pensar e se expressar. Além disso, o educando terá a possibilidade de conhecer novas culturas, de formar sua personalidade a partir do que foi vivido, dos conhecimentos adquiridos e que adquire durante seu processo de aprendizagem. Os PCN's de Arte apresentam como

[...] importante a escolha de produções de arte que possibilitem um diálogo entre os alunos a partir do que as obras provocam neles; se uma obra mostra, por exemplo, um casal de namorados, pode trazer à tona a concepção que têm de um homem e uma mulher, possibilitando que sua aprendizagem inclua as dimensões culturais, afetivas e sociais da sexualidade. Cria-se um espaço onde os alunos possam formular questões, dentro de sua experiência pessoal, em conversa com a experiência do artista, ressignificando valores transmitidos pelo processo de socialização no que diz respeito a esse tema (BRASIL, 1997, v. 6, pág. 116).

Ao estudar e interpretar obras que tenham personagens com culturas diferentes, que expressam sua opinião, sua sexualidade, que se comportam de diversas formas, o educando poderá aprender a se tornar crítico e a desenvolver suas próprias opiniões, sobre os temas abordados durante os estudos. Sendo assim,

As obras de arte podem também contribuir para ampliar as dimensões da compreensão dos alunos sobre a sexualidade humana, quando documentam ações de homens e mulheres em diferentes momentos da história e em culturas diversas[...] (BRASIL, 1997, v.6, pág. 116).

A Educação Física ajuda ao educador a conhecer os aspectos físicos e sentimentais dos seus alunos, pois, através da preparação e da prática de esportes, torna-se possível perceber quando o aluno está com problemas de saúde, ou quando ele/ela está usando o esporte para aliviar seus sentimentos. Nessa perspectiva, os PCN's de Educação Física situa que:

[...] a Educação Física propicia uma experiência de aprendizagem peculiar ao mobilizar os aspectos afetivos, sociais, éticos e de sexualidade de forma intensa e explícita, o que faz com que o

professor de Educação Física tenha um conhecimento abrangente de seus alunos. [...] (BRASIL, 1997, v.7, pág. 24).

Com a educação física, os alunos podem adquirir “[...] hábitos de autocuidado e de construção de relações interpessoais colaborando para que a dimensão da sexualidade seja integrada de maneira prazerosa e segura.” (BRASIL, 1997, v.7, pág.30), ou seja, com a participação nas aulas de Educação Física é possível que os alunos/alunas se tornem capazes de se cuidar, aprendam a importância da higiene e consigam entender e compreender as relações existentes na comunidade em que está inserido. Além disso, também será possível que o educando conheça os limites de seu corpo e do corpo do outro.

É também nas aulas de educação física que os educandos poderão aprender que ser menina ou menino não classifica ou desclassifica ninguém para participar das atividades e dos esportes, que possam vir a ser realizadas durante as aulas, pois sexo não define o que se pode ou não fazer. Quem decide somos nós, de acordo com nossas aptidões e gostos. Nesse sentido, temos que

No que tange à questão do gênero, as aulas mistas de Educação Física podem dar oportunidade para que meninos e meninas convivam, observem-se, descubram-se e possam aprender a ser tolerantes, a não discriminar e a compreender as diferenças, de forma a não reproduzir estereotipada mente relações sociais autoritárias (BRASIL, 1997, v.7, pág. 30).

Como já dito, o volume oito apresenta o que são os temas transversais. Os temas transversais propostos pelos PCN's são Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Esses temas foram escolhidos por influenciarem na formação do cidadão e da cidadã e por abrangerem diferentes aspectos da vida cotidiana do brasileiro. Os critérios utilizados para escolha dos temas conforme o PCN's foram:

- **Urgência social:** Situações, temas e problemáticas que possam impedir ou dificultar a formação e a vida das pessoas;
- **Abrangência nacional:** Engloba temas que fazem sentido para os brasileiros de todas as regiões do Brasil, mas deixando aberto para que cada localidade trabalhe temas pertinentes a sua realidade;

- **Possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental:** É possível estudar e aprender estes temas do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, modificado apenas a forma de ensinar e as maneiras de se trabalhar;
- **Favorecer a compreensão da realidade e a participação social:** Desenvolvimento da criticidade, do saber falar e se posicionar diante de situações e problemas que envolvam o bem comum, ou seja, que possam tornar o aluno um cidadão ou cidadã consciente de seus direitos e deveres.

Com relação ao livro dedicado à OS, é proposto que o educador trabalhe utilizando três eixos, são eles: O corpo humano, as relações de gênero e prevenção das DST's. Este último trabalha principalmente, com a AIDS. Acreditamos que isso ocorra pelo número alto de casos desta doença na década de 1990, período em que os PCN's foram formulados.

Cada um desses eixos tem uma explicação, um motivo para ser trabalhado. O primeiro, o corpo humano, tem por objetivo levar os educandos a conhecer e respeitar seu próprio corpo; o segundo, as relações de gênero, para que seja possível que eles/elas consigam entender e respeitar as diferenças entre os sexos, através de discussões que incentivem a criticidade, a formação de ideias próprias, pela pessoa que está sendo formada, para que esta perceba que sexo não inferioriza ou privilegia ninguém, que o que deve ser levado em conta são as capacidades, aptidões e habilidades que cada ser humano possui. Já o terceiro trata da prevenção às DST's, para que o aluno conheça as causas, os sintomas e os métodos de prevenção, pois só através dessa atitude é que será possível ter uma vida sexual saudável; além disso, é a partir desta prevenção que a escola poderá ensinar aos seus alunos a respeitarem e aceitarem as pessoas portadoras de alguma DST, pois ao se conhecer as formas de transmissão e tratamento, será mais fácil a aceitação e a não exclusão destas pessoas da sociedade e nas comunidades em que estão inseridas. O livro do PCN sobre corpo humano para o ensino fundamental busca, assim, trazer

A abordagem do corpo como matriz da sexualidade tem como objetivo propiciar aos alunos conhecimento e respeito ao próprio corpo e noções sobre os cuidados que necessitam dos serviços de saúde. A discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis. O trabalho de

prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS possibilita oferecer informações científicas e atualizadas sobre as formas de prevenção das doenças. Deve também combater a discriminação que atinge portadores do HIV e doentes de AIDS de forma a contribuir para a adoção de condutas preventivas por parte dos jovens (BRASIL, 1997, v.8, pág.34).

O respeito deve existir de nós para com o outro e de nós para nós mesmos, pois só é possível aceitar as diferenças, as diversas opiniões, as diferentes formas de expressões e o jeito individual de cada um, quando primeiramente nos conhecermos e quando buscarmos conhecer a cultura e as razões que fazem o outro ser como é e agir da forma como age. O respeito é importante para que seja possível viver em sociedade de forma saudável. Nesse sentido, temos que:

[...]. Quanto à sexualidade, ela naturalmente envolve relações pessoais que devem ser baseadas no respeito de parte a parte. [...] A grave doença sexualmente transmissível, a AIDS, também levanta de maneira precisa o valor moral do respeito mútuo. Preservar-se da doença não é apenas compromisso com a própria saúde, mas também com a do parceiro sexual, uma vez que é passível de contaminação. Não se cuidar pode significar também não cuidar do outro, não respeitá-lo (BRASIL, 1997, v.8, pág. 125).

Ao abordar a sexualidade, a escola deve lembrar que o tema tem que ser trabalhado de forma que os alunos sejam esclarecidos de como devem se cuidar, não por se tratar apenas de si, mas por envolver outras pessoas que podem ter outras ideias, outras opiniões e que estas devem ser respeitadas.

A saúde é trabalhada no volume nove dos PCN's, juntamente com o tema de meio ambiente. Isso ocorre pela necessidade de se viver em um ambiente saudável, que incentive um bom desenvolvimento mental, psicológico e físico. Com relação à saúde, os PCN's colocam em foco tanto a importância de cuidar do corpo quanto da prevenção às drogas.

Quando falamos sobre sexualidade, devemos levar em consideração não só as dúvidas dos alunos, mas também o entendimento, a compreensão que eles já possuem, para que não sejam colocados conteúdos além do necessário ou de forma inadequada para faixa etária e mentalidade dos alunos. Nesse sentido, faz-se necessário saber que

O grau de aprofundamento em medidas práticas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS depende significativamente do interesse do grupo. O período de iniciação sexual com parceiros é muito variável entre diferentes pessoas e grupos sociais. Mesmo

consideradas as particularidades de cada classe, o trabalho precoce de discernir fatos e preconceitos pode ser decisivo para o cuidado de si e de parceiros em situações presentes ou futuras (BRASIL, 1997, v.9, pág. 79).

O último volume dos PCN's do Ensino Fundamental I traz a importância e as razões de se trabalhar com a pluralidade cultural e a orientação sexual. São temas interligados, pois as culturas que as comunidades expressam influenciam diretamente na opinião do aluno sobre os temas trabalhados na sala de aula, sejam eles quais forem. Além disso, através do estudo da pluralidade cultural, os alunos podem aprender a compreender e respeitar as diferenças individuais e coletivas da sociedade em que vivemos. Tal percepção está presente no documento ao destacar que

Para os alunos, o tema da Pluralidade Cultural oferece oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiro e como participante de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas que estão presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua auto-estima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais. Por meio do convívio escolar possibilita conhecimentos e vivências que cooperam para que se apure sua percepção de injustiças e manifestações de preconceito e discriminação que recaiam sobre si mesmo, ou que venha a testemunhar — e para que desenvolva atitudes de repúdio a essas práticas (BRASIL, 1997, v.10, pág. 51).

Na parte em se aborda a OS, inicialmente é apresentada a importância de se trabalhar a sexualidade com crianças e adolescentes. “A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, pelas relações familiares. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças assumam”. (Brasil, 1997, v.10, pág.121). Esse trabalho não é apenas da escola, mas também da família e da comunidade em que se está inserido. Os primeiros contatos com a sexualidade acontecem em casa e na comunidade em que as crianças e adolescentes estão inseridos.

Cabe à escola tratar o tema de forma científica e explicar para o corpo discente o que é a sexualidade, qual a importância de conhecer o seu próprio corpo e seus limites, de conhecer e respeitar a si e ao outro. A partir do que são expostos, os alunos possivelmente conseguirão compreender teorias e conceitos sobre as temáticas da sexualidade, e, assim, poderão opinar e desenvolver suas próprias ideias e valores sobre a temática trabalhada. Sobre o assunto, os PCN's nos dizem que

A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus (BRASIL, 1997, v.10, pág. 122).

A escola e os educadores devem abordar as temáticas referentes à sexualidade de forma objetiva, utilizando termos e conhecimentos científicos, mas sem nunca se esquecer de falar e de explicar, de maneira que o corpo discente se interesse e se sinta confortável para expor suas dúvidas e curiosidades. Assim, os alunos compreenderão o que é a sexualidade, que ela faz parte das nossas vidas e que, por isso, precisa ser discutida. Nesse sentido, temos que

[...] a abordagem da sexualidade no âmbito da educação precisa ser explícita, para que seja tratada de forma simples e direta; ampla, para não reduzir sua complexidade; flexível, para permitir o entendimento a conteúdos e situações diversas; e sistemática, para possibilitar uma aprendizagem e um desenvolvimento crescentes (BRASIL, 1997, v.10, pág. 127).

Os PCN's ainda têm muito que evoluir no quesito sexualidade, pois, apesar de falar sobre a importância da igualdade de gênero, o volume que trata sobre OS, é focado principalmente no combate as DST's e a AIDS, o que de certa forma faz com que a sexualidade fique resumida apenas à prevenção, ao cuidado de si próprio, o que termina por ampliar, mais ainda, os tabus que existem sobre o tema.

Sexualidade vai além do ato sexo, sexualidade é expressa na forma de ser de cada um, nas características físicas e psicológicas que cada um de nós apresenta e que se modifica ao longo do tempo, seja por influência da sociedade geral, da família ou dos círculos de amizades que possuímos.

No entanto, ao abordar as temáticas sobre sexualidade, podemos situar como positivo que a escola ensina, não só os termos científicos ou considerados apropriados pela sociedade para tratar sobre a temática, mas também incentiva seus alunos a tirarem suas dúvidas, a ter coragem de discutir sobre o tema, a respeitar as formas do outro de se expressar e de ser. Ensina que, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer a si próprio, seu corpo, seus limites. A importância de se cuidar, de se prevenir contra as DST's ou uma gravidez fora de hora.

Quando a escola permite que um professor ou uma professora ministrem aulas de ES, ela não está incentivando os alunos a praticarem o ato sexo, não está ensinado “putaria” ou “sacanagem” e muito menos tirando a “pureza” das crianças e adolescentes.

Na aula de ES, é ensinada ao estudante a importância de conhecer o corpo humano, de conhecer nossos limites, de respeitar o outro e a si próprio, de se lutar pela igualdade, apontando a importância de aceitar a sexualidade do outro e a sua, de se aceitar como é, de ver que o importante mesmo é estar vivo, e que cada ser humano, tem suas características próprias e que estas devem ser aceitas e respeitadas.

Podemos compreender, então, que os PCN’s são normas que deveriam auxiliar e ajudar os professores na sala de aula, para que o ensino seja o mais uniforme possível, nos conteúdos e na qualidade, mas sem nunca deixar de levar em consideração as características próprias de cada região, de cada localidade, pois só assim o povo brasileiro poderá aprender a relevância que cada cantinho do nosso imenso país tem.

5 CONCLUSÃO

Até a formulação dos PCN's, a sexualidade era repudiada pelos profissionais educacionais brasileiros, por se achar que o tema era de responsabilidade dos pais. Todavia, com o passar do tempo, viu-se que a escola também poderia contribuir. Foi em tese para isso que os PCN's serviram, mas, ao longo dos nossos estudos, podemos perceber que a partir destes, a escola passou a ser vista como a responsável pela ES das crianças e adolescentes.

A sexualidade passou por um grande período de escuridão, em que tudo era proibido falar, pensar, mas aos poucos ela começa a ser discutida e debatida nas escolas, mesmo que de forma tímida, e com o intuito de educar para o sexo saudável. Atualmente, ainda não temos uma ES capaz de incentivar os alunos a modificarem a sociedade, mas o pouco que se conseguiu já ajudou há mudar o modo de as pessoas e a sociedade verem a sexualidade.

Ao decorrer deste trabalho, percebemos que a escola precisa estar aberta à diversidade, e, mais ainda; precisa também preparada para educar, não com um ensino tradicional, aquele em que o professor sabe tudo e os estudantes não sabem nada, mas como uma educação libertadora, que inspire o aluno a ir à busca do que o faz feliz. Porque uma educação que proíbe o aluno da busca da felicidade leva-o muitas vezes ao fracasso escolar, gerando o seu fracasso na vida pessoal e profissional. Acreditamos que não basta falar apenas sobre o desenvolvimento físico e biológico, sobre a prevenção das DST's, e da gravidez. Mas, sobretudo, é preciso trabalhar a homoafetividade, a equidade de gênero, entre tantos outros conteúdos que fazem parte da vida das pessoas no cotidiano. Assim, percebemos que a forma como a sexualidade é trabalhada precisa ser revista e os PCN's também serem modificados, para acompanhar as diferentes transformações que ocorrem ao longo da história e das práticas sociais.

Pressupomos que conseguimos alcançar nosso objetivo, por meio das pesquisas que foram feitas para tornar este trabalho real. Como nosso empenho, conseguimos, no decorrer de poucos meses, fazer uma breve análise das formas como a sexualidade é vista e percebida. Na educação formal, com nossos estudos conseguimos perceber que há muito tempo se busca implantar uma ES que trabalhe a sexualidade de forma ampla, que envolva todos os temas relacionados à sexualidade, mas esta implementação ainda

não foi realizada. Porém acreditamos que aos poucos ela irá acontecer, pois, no decurso dos anos, a sexualidade deixará de ser vista apenas pelo seu caráter biológico e passará a ser vista como algo que necessita ser discutido, como algo que merece ser respeitado.

Ao realizarmos este trabalho, foi possível conhecermos um pouco mais sobre a história da sexualidade e os seus percursos na educação. Percebemos que, ao longo da história, as temáticas que envolvem a sexualidade, sofreram modificações e que as mudanças ainda ocorrem hoje, e provavelmente, vão ocorrer para sempre, já que a humanidade vive em constante transformação. Tendo em vista que a sexualidade faz parte do nosso ser, ela também se modifica. Os métodos e formas de falar sobre a sexualidade se modificam de acordo com a forma como a sociedade se comporta.

As mudanças que já ocorreram nos dão esperanças de que, se continuarmos tentando, um dia, poderemos ter uma sociedade, na qual exista a equidade de gênero, o respeito à sexualidade do outro e ao próprio corpo; uma sociedade em que uma pessoa homoafetiva possa caminhar pelas ruas sem medo de ser agredida, uma sociedade em que as mulheres sejam respeitadas e vistas como pessoas e não meros objetos sexuais, uma sociedade em que ser quem somos não seja motivo para temer a morte.

Com tudo o que estudamos, o que aprendemos, esperamos que um dia a sexualidade possa ser vista como algo comum, que possa ser falada a qualquer momento e em qualquer lugar, sem medo de retaliações, que um dia a sociedade possa perceber que a ES não incentiva a prostituição ou a homoafetividade, que a sociedade perceba que os tabus e preconceitos são contratempos que nos impedem de evoluir.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. (1934b, março). Consequências da falta de educação sexual. Boletim de Educação sexual, 2(2), 3. *apud* OLIVEIRA, Cristiane. **LIBERTAR O BRASILEIRO DE SEU CAPTIVEIRO MORAL: IDENTIDADE NACIONAL, EDUCAÇÃO SEXUAL E FAMÍLIA NO BRASIL DA DÉCADA DE 1930**. Revista Psicologia & Sociedade 24.3 (2012). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/04.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2016.

ALBUQUERQUE, J. (1935a, novembro). Prophylaxia das perversões sexuaes. Boletim de Educação Sexual, 3(10), 3. *apud* OLIVEIRA, Cristiane. **LIBERTAR O BRASILEIRO DE SEU CAPTIVEIRO MORAL: IDENTIDADE NACIONAL, EDUCAÇÃO SEXUAL E FAMÍLIA NO BRASIL DA DÉCADA DE 1930**. Revista Psicologia & Sociedade 24.3 (2012). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/04.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2016.

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Red Revista Estudos Feministas, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200014/8868>

ARRUDA, S., Ricardo, C., Nascimento, M., & Fonseca, V. (Orgs). (2011). **Adolescentes, jovens e educação em sexualidade - Um guia para ação**. Rio de Janeiro: Instituto Promundo. Disponível em: <http://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2015/01/guia-adolescentes-jovens-e-educacao-em-sexualidade.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016

BARROSO, Carmem; BRUSHINI, Cristina. **Educação Sexual: debate aberto**. Petrópolis: vozes, 1982. 132p.

_____. Educação sexual e prevenção da gravidez. In: Carmen *et al.* Gravidez na adolescência. Brasília: INPLAN I IPEA I UNICEF, 1986. p.29-54. *apud* FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Reverendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo**. Nuances, Presidente Prudente, v. 4, n. 4, p. 123-133, set. 1998.

BRANDÃO, R. M. C. (1910). Breves considerações sobre a educação sexual. Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, Bahia. *apud* OLIVEIRA, Cristiane. **LIBERTAR O BRASILEIRO DE SEU CAPTIVEIRO MORAL: IDENTIDADE NACIONAL, EDUCAÇÃO SEXUAL E FAMÍLIA NO BRASIL DA DÉCADA DE 1930**. Revista Psicologia & Sociedade 24.3 (2012). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/04.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/L5692.htm>. Acesso em 18 de abril de 2016.

_____. Lei nº9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 18 de abril de 2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros nacionais. Brasília: MEC; SEF, 1997. v.1. (Ensino fundamental/1ª. à 4ª. série).

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Língua Portuguesa. Brasília: MEC; SEF, 1997. v.2. (Ensino fundamental/1ª. à 4ª. série).

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Matemática. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf> Brasília: MEC; SEF, 1997. v.3. (Ensino fundamental/1ª. à 4ª. série).

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Ciências Naturais. Brasília: MEC; SEF, 1997. v.4. (Ensino fundamental/1ª. à 4ª. série).

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** História e Geografia. Brasília: MEC; SEF, 1997. v.5. (Ensino fundamental/1ª. à 4ª. série).

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Arte. Brasília: MEC; SEF, 1997. v.6. (Ensino fundamental/1ª. à 4ª. série).

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Educação Física. Brasília: MEC; SEF, 1997. v.7. (Ensino fundamental/1ª. à 4ª. série).

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Apresentação Temas Transversais e Ética. Brasília: MEC; SEF, 1997. v.8. (Ensino fundamental/1ª. à 4ª. série).

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Meio Ambiente e Saúde. Brasília: MEC; SEF, 1997. v.9. (Ensino fundamental/1ª. à 4ª. série).

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília: MEC; SEF, 1997. v.10. (Ensino fundamental/1ª. à 4ª. série).

DA SILVA BATISTA, Vagner. SANTOS MAGALHÃES, Maysa Cristina. **Sexualidade Feminina: O Condicionamento da Liberdade Sexual da Mulher Casada no Período da Ditadura Militar no Brasil.** Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena 21.1 (2015). Disponível em:

<http://www2.direito.ufmg.br/revistadocaap/index.php/revista/article/view/405/371>. Acesso em: 18 de maio de 2016

DIAS, Ana Cristina Garcia, and William B. GOMES. **Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais**. *Estudos de Psicologia* 4.1 (1999): 79-106. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n1/a06v04n1.pdf/lsearch=%22a%20fam%C3%ADlia%20da%20adolescente%20gravida%22>. Acesso em 06 de maio de 2016.

DUARTE, Vanessa. **A Educação Sexual e o Adolescente: um novo olhar frente ao desafio**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Londrina; Orientadora: Ana Priscilla Christiano; disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/VANESSA%20DUARTE.pdf> Acesso em: 06 de maio de 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual**. Londrina: UEL, agosto. 1996. N. 98, 50-63 p. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/246.pdf>. Acesso em 19 de março 2016

_____. **Educação sexual: Problemas de conceituação e terminologias básicas adotadas na produção acadêmico-científica brasileira**. Semina: Ci. Sociais / Humanas, v. 17 n. 3, p.286-293, setembro. 1996. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9475/8267>. Acesso em 19 de março de 2016.

_____. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. *Nuances, Presidente Prudente*, v. 4, n. 4, p. 123-133, set. 1998. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/84/9>. Acesso em 19 de março de 2016

_____. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Linhas**, Santa Catarina, v.7, n.1, p.1-21, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323/1132>. Acesso em: 06 de maio de 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 1979. Rio de Janeiro, Edições Graal. *apud* LIMA JUNIOR, Luiz Pereira. **Sexualidade: um mapa em rascunho**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

LIMA JUNIOR, Luiz Pereira de. A sexualidade no território curricular. In **Temas em Educação**. João Pessoa, v. 15, n.1, p. 57-75, 2006.

_____. Campos disciplinares em cena: A materialização da sexualidade no envolver do conhecimento escolar. **Temas em educação**. João Pessoa, v. 15, n.2, p. 91-106, 2006.

_____. **O labirinto da sexualidade**. – João Pessoa: Editora Universitária, 2008. 102p.

_____. Os sentidos da educação sexual na prática docente. In: COSTA PEREIRA, Maria Zuleide de; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. **Globalização, interculturalidade e currículo: na cena escolar**. Campinas, SP: Alínea, 2009. 230 p. Cap. IX, p.173-178

_____. **Sexualidade: um mapa em rascunho**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

LORENCINI JÚNIOR, Álvaro. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. In **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, p. 87-95, 1997.

LOURO, Guacira Lopes **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

MELHORAMENTOS **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.

NÓS MULHERES. **Quem somos?** São Paulo: Associação de Mulheres, n. 1, jun. 1976. Editorial. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn1.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2016

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a Sexualidade**. 5.ed. Campinas: Papirus, 1987.

_____. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996.

OLIVEIRA, Cristiane. **LIBERTAR O BRASILEIRO DE SEU CAPTIVEIRO MORAL: IDENTIDADE NACIONAL, EDUCAÇÃO SEXUAL E FAMÍLIA NO BRASIL DA DÉCADA DE 1930**. *Revista Psicologia & Sociedade* 24.3 (2012). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/04.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2016.

PFROMM NETTO, S. *Psicologia da aprendizagem e do ensino*. São Paulo: EPU, 1987. *apud* FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual**. Londrina: UEL, agosto. 1996. N. 98, 50-63 p. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/246.pdf>. Acesso em 19 de março 2016

RODRIGUES, José Luís Pinto. **Impressões de identidade: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil**. 2007. 230 f. (Diss. Tese Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp099995.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2016.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 53, p. 11-19, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1372>. Acesso em: maio de 2016.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola. In **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus (1997): 107-117.

SOARES, Wellington. Educação sexual: precisamos falar sobre Romeo... **Revista Nova Escola**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/educacao-sexual-precisamos-falar-romeo-834861.shtml>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e Adolescência: Reflexões acerca da Educação Sexual na escola**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2005-Regina_Spitzner.pdf. Acesso em 06 de maio de 2016.

UNESCO, SECÇÃO, V. I. H.; DE COORDENAÇÃO, SIDA Divisão. **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade**. 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183281por.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2016.

WEREBE, Maria José Garcia. Implantação da educação sexual no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 26, p. 21-27, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1718>. Acesso em: maio de 2016

_____. Sexualidade, política e educação. Campinas: Autores Associados, 1998. 217 p. *apud* Lima Junior. Luiz Pereira de. Os sentidos da educação sexual na prática docente. In: COSTA PEREIRA, Maria Zuleide de; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. **Globalização, interculturalidade e currículo: na cena escolar**. Campinas, SP: Alínea, 2009. 230 p. Cap. IX, p.173-178.